

CONFERÊNCIA

O DESENVOLVIMENTO GLOBAL É REALIZÁVEL?

| 13 DE OUTUBRO DE 2015
| MUSEU DO ORIENTE, LISBOA |

Relatório da Conferência

Novembro de 2015



Esta publicação online resume os trabalhos da Conferência do Ano Europeu para o Desenvolvimento, realizada a 13 de outubro de 2015 no Museu do Oriente, em Lisboa. A Conferência foi organizada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, o Instituto Marquês de Valle Flor - IMVF, o European Centre for Development Policy Management – ECDPM, o Centro de Informação Regional das Nações Unidas - UNRIC e a Fundação Oriente. Especificamente, a publicação é organizada no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Camões I.P., o IMVF e o ECDPM.

A publicação reúne os discursos, intervenções e resumo dos debates da conferência, sendo os textos apresentados na sua língua original (Português ou Inglês). As opiniões expressas são as dos conferencistas, não vinculando qualquer instituição.

Este e-book é passível de download, impressão, reprodução, citação e utilização de várias formas, desde que a fonte seja mencionada. A Publicação deve ser citada como Ano Europeu para o Desenvolvimento (2015); O Desenvolvimento Global é Realizável? Publicação Online da Conferência realizada a 13 de outubro de 2015, Lisboa

Publicação: Ano Europeu para o Desenvolvimento

Autores / Edição: Patrícia Magalhães Ferreira e José Pedro Mantero

Data: Novembro de 2015

O DESENVOLVIMENTO GLOBAL É REALIZÁVEL?

A CONFERÊNCIA

Assistimos hoje à globalização do Desenvolvimento. A arquitetura mundial do desenvolvimento está a sofrer mutações rápidas e profundas, com as dicotomias simples - Norte/Sul ou países desenvolvidos/em desenvolvimento – a tornaram-se obsoletas. A alteração na geografia mundial da pobreza significa que a maioria das populações pobres vive agora em países de rendimento médio, enquanto os países mais pobres e não relevantes do ponto de vista geoestratégico são esquecidos na sua vulnerabilidade. Os desafios do desenvolvimento são cada vez mais interdependentes e multidimensionais, incluindo questões de segurança, ambiente, migrações e outras preocupações às quais a ajuda ao desenvolvimento não consegue responder. São também cada vez mais complexos, já que o crescimento demográfico, a retirada de milhões de pessoas da pobreza extrema e o “Direito ao Desenvolvimento” podem chocar com a necessária alteração dos padrões de produção e consumo, para modelos e políticas mais sustentáveis.

O Desenvolvimento deixou, portanto, de ser apenas uma questão direcionada dos mais ricos para os mais pobres, para se tornar numa preocupação comum e global. *Será a globalização do bem-estar possível e realizável?*

A conferência reuniu 330 participantes no Museu do Oriente, em Lisboa, no dia 13 de outubro de 2015, para debater os desafios do Desenvolvimento Global e, em particular, a implementação dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nela participaram 25 oradores, que salientaram a rápida alteração das dinâmicas internacionais, bem como a crescente complexidade e multidimensionalidade dos desafios de Desenvolvimento (da segurança às alterações climáticas, das migrações ao emprego, para dar alguns exemplos), o qual se tornou uma preocupação comum e global, que diz respeito a todos e a cada um de nós.

A ideia de interdependência esteve subjacente à maior parte das intervenções, salientando-se o esbatimento da dicotomia Norte-Sul, o aumento da relevância de alguns atores (sociedade civil e setor privado) e o surgimento de novos paradigmas, que exigem respostas mais abrangentes, coordenadas e de longo-prazo. O Desenvolvimento não pode ser encarado como um processo linear, mas sim como uma dinâmica complexa de avanços e recuos, que envolve uma grande diversidade de fatores e desafios, os quais não se esgotarão certamente no prazo temporal desta nova Agenda (2030). Neste contexto, o objetivo da política económica não deve consistir apenas no crescimento, mas principalmente em aumentar o bem-estar das populações, pois só assim terá reais impactos na melhoria das condições de vida e na felicidade das pessoas.

A resposta à pergunta formulada pelo título da conferência é positiva, mas implica uma série de alterações na forma como nos articulamos, nos nossos padrões de produção e consumo, na governação da arquitetura global do desenvolvimento e num conjunto de políticas globais, para que seja possível responder de forma eficaz às desigualdades. Nesse sentido, a implementação dos novos Objetivos Globais terá que ter em atenção os aspetos da monitorização, da responsabilização partilhada e dos financiamentos (através da mobilização de recursos internos e internacionais), mas, mais importante ainda, terá de contar com liderança e vontade política, quer por parte dos

governos quer das instituições multilaterais. Exige-se um multilateralismo mais eficaz: a ONU, o Banco Mundial, a OCDE e a própria União Europeia têm pela frente o grande desafio de conseguirem trabalhar em conjunto e operacionalizarem uma real divisão de trabalho.

Algumas intervenções questionaram também se o atual contexto será favorável ao sucesso da nova Agenda Global, numa altura em que assistimos ao ressurgimento dos nacionalismos, a ameaças à paz e segurança, a uma pressão crescente sobre os orçamentos da Ajuda ao Desenvolvimento e a uma relutância em assumir compromissos financeiros concretos nesta área. Existe ainda o risco de que a universalidade da Agenda resulte numa diluição dos compromissos, na medida em que, “sendo uma agenda de todos para todos, encerra o risco de não ser responsabilidade de ninguém”. Outro fator de dificuldade acrescida reside na sua complexidade, pois apesar de ser muito mais adequada aos atuais desafios do Desenvolvimento do que a anterior Agenda do Milénio, será certamente difícil gerir 17 objetivos e 169 metas. A comunicação da Agenda Global assume aqui uma importância preponderante, para que de facto haja uma apropriação e para que a agenda se torne um instrumento de advocacia, de responsabilização e de mobilização em cada país.

Na Europa, destacam-se duas dimensões: por um lado, as políticas internas dos Estados membros, que têm implicações globais, e por outro lado, as responsabilidades europeias para com os mais pobres e vulneráveis. No primeiro vetor, um dos desafios é tornar coerente o que são as posições europeias externas (tendo a UE sido grande impulsionadora desta nova agenda) com aquilo que são as suas políticas e práticas internas, tendo sido dados exemplos de políticas que podem ser melhoradas, se efetivamente queremos implementar a nova Agenda Global também à escala europeia. Relativamente ao segundo aspeto, debateu-se o papel da ajuda ao desenvolvimento como preponderante para os países mais frágeis e como catalisadora de outros financiamentos e ações em prol do desenvolvimento, não descurando o papel primordial que deve caber à capacitação e mobilização de recursos internos nos países em desenvolvimento. Perante as rápidas mudanças e os desafios identificados, os países – incluindo Portugal - serão cada vez mais chamados a refletirem sobre qual o seu papel, as suas mais-valias e o seu contributo para o Desenvolvimento Global.

PROGRAMA

09h30 | Abertura

Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa 1996-2006

Cláudia Semedo, Embaixadora do Ano Europeu para o Desenvolvimento em Portugal

Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Federico Bonaglia, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris

Carlos Monjardino, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente

Thomas Gass, Assistant Secretary-General, Nações Unidas (*Mensagem de vídeo*)

11h00 > 13h00

A nova Agenda Global para o Desenvolvimento

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a sua aplicação universal, do global ao local

Com a aprovação de uma nova agenda de desenvolvimento de carácter universal, aplicável a vários desafios e contextos de desenvolvimento, esta é uma altura crucial para debater como poderão os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ser implementados e promovidos em várias partes do mundo. A agenda é bastante mais ambiciosa do que a anterior: pela primeira vez, assume-se como objetivo expresso acabar com a pobreza e a fome em todo o mundo, procurando também integrar as várias dimensões do Desenvolvimento - económica, social, ambiental. Contudo, a existência de 17 objetivos e 169 metas pode tornar este enquadramento muito difícil de gerir e implementar, para além de exigir o empenho e coordenação de uma grande multiplicidade de atores. *Como implementar uma agenda tão diversificada e complexa? Quais as suas implicações para a Europa e para Portugal?*

Pedro Conceição, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque

Ana Paula Fernandes, Delegada de Portugal ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, Paris

James Mackie, European Centre for Development Policy Management - ECDPM, Maastricht

Pedro Silva Pereira, Deputado ao Parlamento Europeu, Estrasburgo

Moderador: Francisco Sarsfield Cabral, Jornalista, Rádio Renascença

14h30 > 16h00

A União Europeia no mundo: Direitos Humanos vs. Desenvolvimento face aos desafios globais

As mais-valias e contradições europeias na promoção do Desenvolvimento: Ajuda ao Desenvolvimento, Direitos Humanos, coerência de objetivos e políticas.

A União Europeia continua a ser o maior doador mundial de ajuda ao desenvolvimento, apesar da pressão crescente sobre os orçamentos da cooperação. Embora se assista a um declínio relativo do peso da UE no plano internacional, mantém-se a aspiração de ser um ator político global, assumindo-se ao nível europeu o objetivo de promover valores e princípios assentes na democracia e no respeito pelos Direitos Humanos. No entanto, quando confrontada com realidades concretas exigindo uma ação coerente e urgente – por exemplo no âmbito das migrações, dos conflitos, ou do comércio internacional – a União Europeia revela dificuldades de coerência e conciliação dos seus objetivos e políticas. *A Europa possui os instrumentos e a vontade política necessária para se ajustar à rapidez das mudanças globais e à nova agenda de desenvolvimento, assumindo-se como ator global e credível nesta área?*

Geert Laporte, Vice-Diretor, ECDPM, Maastricht

Henrique Banze, Secretariado ACP - África, Caraíbas e Pacífico, Bruxelas

Jaime Atienza, Diretor de Campanhas e Cidadania, Oxfam Intermon, Madrid

Francisco Seixas da Costa, Embaixador, Lisboa

Fernando Frutuoso de Melo, Diretor da DG Desenvolvimento e Cooperação - EuropeAid, Bruxelas

Moderadora: Mónica Ferro, Professora Universitária, ISCSP-UTL, Lisboa

16h30 > 18h00

O que é o Desenvolvimento?

Conversa sobre Felicidade, Ética e Cultura no Desenvolvimento

Apesar do surgimento do Índice da Felicidade Bruta, há mais de quatro décadas no Butão, a medição do Desenvolvimento dos países assenta ainda, em grande medida, em critérios economicistas ou financeiros. Estes critérios têm vindo a ser cada vez mais questionados, particularmente numa altura em que os estudos efetuados indicam que a relação entre o nível de vida e a perceção de felicidade não é proporcional. Para além disso, numa altura em que tanto se fala na sustentabilidade do desenvolvimento, a ética e a cultura estão cada vez mais presentes. *Quais as perspetivas de uma verdadeira economia da felicidade? E qual o papel da ética e da cultura na felicidade e desenvolvimento dos indivíduos e sociedades?*

Gabriel Leite Mota, Professor de Economia, Universidade da Madeira e Universidade Católica, Porto

Mário Parra da Silva, UN Global Compact Network Portugal, Lisboa

Nelson Saúte, Escritor, Moçambique

Ana Tostões, Presidente do DOCOMOMO International, Arquitecta e Professora no Instituto Superior Técnico, Lisboa

Moderador: Fernando Jorge Cardoso, Investigador Sénior, Instituto Marquês de Valle Flor

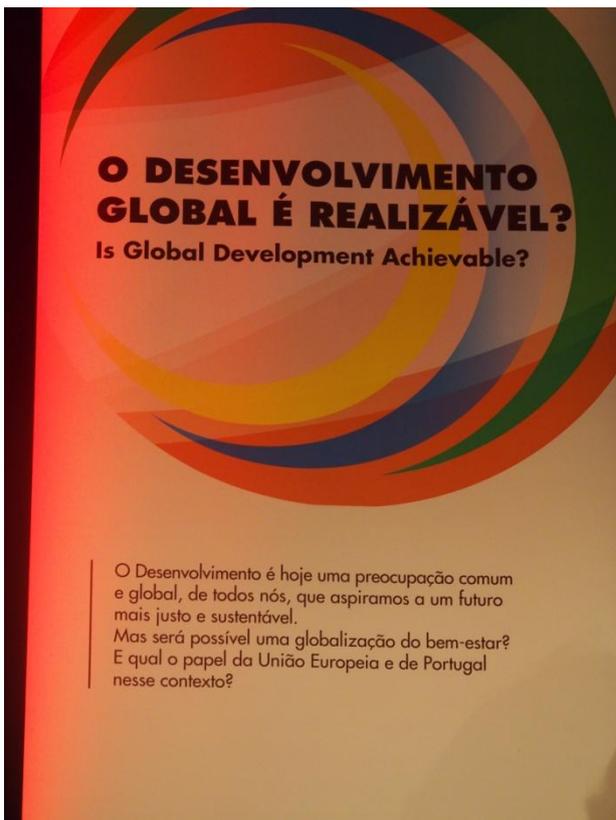
18h00 | Encerramento

Pedro Krupenski, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD - Lançamento da Consulta Pública sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Afsané Bassir-Pour, Diretora do Centro de Informação Regional das Nações Unidas - UNRIC, Bruxelas

Luís Campos Ferreira, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Moderador: Paulo Telles de Freitas, Administrador, Instituto Marquês de Valle Flor



ABERTURA



Ana Paula Laborinho

Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

É para mim um enorme prazer dar início aos trabalhos desta Conferência. Gostaria de dar as boas vindas a todos e de deixar uma palavra de particular agradecimento aos parceiros com que trabalhamos na organização deste evento – o ECDPM, o IMVF, a UNRIC e o Museu do Oriente – e aos oradores e participantes internacionais que vieram de longe para se juntar a nós neste debate sobre os desafios globais, europeus e nacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, mais do que nunca, constituem uma preocupação comum de todos.

A Agenda 2030 recentemente adotada em Nova Iorque é um documento histórico sem precedentes, precisamente por colocar o desenvolvimento global como um objetivo partilhado por todos os países e por todos os atores, passando por uma atuação interligada nas dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, a par com uma abordagem política e de Direitos Humanos que está ausente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, mas que é essencial.

O Camões I.P. teve a responsabilidade e o privilégio de coordenar a posição nacional sobre esta Agenda com vista aos debates que tiveram lugar não só no âmbito das Nações Unidas como da União Europeia, da OCDE, da CPLP e de muitos outros Fóruns.

Foi um exercício bastante exigente e intenso mas sem dúvida extremamente interessante, ao longo do qual trabalhamos de forma muito próxima com muitos dos parceiros hoje aqui presentes como os Ministérios Setoriais, a Sociedade Civil, as Universidades e as autoridades locais, o que permitiu não só enriquecer a posição nacional assumida no quadro da negociação da Agenda 2030, como torná-la como uma posição de todos.

Fazendo um balanço das negociações desta Agenda, o sentimento que temos é de dever cumprido, uma vez que, em conjunto, conseguimos contribuir para a salvaguarda de vários aspetos essenciais dessa negociação:

- Em primeiro lugar, Portugal foi desde o início um dos principais defensores da importância de assegurar uma participação coesa e firme da UE no processo de negociação, correspondente ao seu peso como grande ator global. O balanço que fazemos dessa participação é claramente positivo. De uma forma extremamente construtiva e coesa, a UE deu, sem dúvida, um contributo importante para o desfecho final das negociações;

- Em segundo lugar, defendemos de forma inequívoca, a integração nesta Agenda de um objetivo específico sobre a promoção de sociedade pacíficas e estáveis, muitas das vezes em parceria com alguns dos parceiros prioritários da Cooperação Portuguesa membros do Grupo de Estados Frágeis (g7+), por considerarmos que esta dimensão, além de importante em si mesma, é uma condição essencial para a concretização dos demais Objetivos;
- Em terceiro lugar, pugnámos por um compromisso firme relativamente à conservação e gestão sustentável dos Oceanos, consubstanciado no ODS 13, que se assume de importância óbvia não só para Portugal e para muitos dos seus parceiros e que contribui de forma inequívoca para as três dimensões do desenvolvimento sustentável;
- Em quarto lugar, defendemos a importância de toda esta agenda assentar numa abordagem de Direitos Humanos e de combate às desigualdades, com particular atenção para o empoderamento das meninas mulheres e raparigas e erradicação de todas as formas de violência com base no género. Apesar de todas as dificuldades encontradas o resultado final contido na Agenda 2030 é substancialmente mais positivo do que o que seria de esperar no início da negociação.
- E, por fim, embora não de menor importância, Portugal pugnou por uma verdadeira partilha de responsabilidades e ampla mobilização de meios para a implementação desta Agenda. Neste domínio, julgamos que ficámos claramente aquém no que diz respeito à assunção de compromissos por parte dos doadores emergentes que, desde o início se bateram por um perpetuar da tradicional abordagem Norte-Sul que já não faz sentido à luz do carácter universal desta Agenda e do peso político e económico que hoje assumem ao nível global. Vemos, contudo, como muito positivo, o facto de ter sido possível apontar para uma maior partilha de responsabilidades entre atores públicos e privados, e para a identificação de uma medida, complementar da APD, que permita medir a totalidade de recursos mobilizados em apoio ao Desenvolvimento Sustentável.

Tendo presente as dificuldades particulares que alguns países enfrentarão na implementação desta agenda, tivemos ainda como grande preocupação a necessidade de um apoio particular aos Países Menos Avançados, aos Estados Frágeis e aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, categorias em que se enquadram muitos dos parceiros prioritários da Cooperação Portuguesa, com destaque para a África Subsaariana.

Uma vez adotada a Agenda 2030, todos temos agora o dever de a pôr em prática e de a disseminar.

Para tal, iniciaremos brevemente um novo exercício de reflexão com os parceiros com os quais trabalhamos ao longo de todo o processo de negociação, sobre como operacionalizar estes compromissos.

Esta será também uma área importante das nossas ações de sensibilização e Educação para o Desenvolvimento, bem como no âmbito do Ano Europeu para o Desenvolvimento, que está em curso, com vista a informar e promover a participação e o pensamento crítico dos cidadãos portugueses no que se refere às políticas de desenvolvimento.

Tencionamos ainda contribuir, de forma ativa e empenhada, para as discussões sobre a implementação desta Agenda que terão lugar no quadro das várias organizações multilaterais em que participamos, e que acreditamos têm uma importante mais-valia e contributo a dar para este processo.

Acreditamos que desta Conferencia sairão reflexões importantes que a todos nos inspirarão nesse caminho que temos que fazer até 2030.

Cláudia Semedo

Embaixadora do Ano Europeu para o Desenvolvimento em Portugal



Eu sou atriz e apresentadora de televisão, não sou uma técnica no terreno, como os que trabalham em organizações para o desenvolvimento, nem uma teórica do tema. Para mim ser embaixadora de algo é dar a cara, mas não só para as fotografias; é saber que caminho quero fazer e que ideias quero passar. Esta missão é um reconhecimento pelo percurso que tenho feito, pois para mim ser comunicadora é muito mais do que satisfazer o meu gosto pela representação ou comunicação, ou seja, é sobretudo um veículo para mudar o mundo, porque sou uma otimista e acredito que consigo, diariamente, fazer a diferença. E o mundo precisa de facto de ser mudado.

Eu sempre fui uma soldada do bem-estar, e para mim chegar a um mundo desenvolvido é chegar a um mundo onde todos são felizes. Sei que isto parece uma coisa quase vazia de se dizer, pois muitas vezes pensa-se que pessoas alegres e bem dispostas são pessoas relativamente ignorantes. Mas eu acho precisamente o oposto, que o nosso espírito taciturno advém do facto de nos esquecermos do fundamental, que é sermos e existirmos.

Eu falo com toda a gente, desde pessoas em situações de pobreza a pessoas com muitas condições - e o que todos querem é a felicidade: condições para fazerem o que amam, seja na área artística, ou científica, seja a viajar, seja a poderem estar com as pessoas de quem gostam (que é aquilo de que muitas vezes nos esquecemos de fazer). Eça de Queiroz dizia que, apesar de existirmos, a coisa que fazemos com menos frequência é viver. É preciso usufruirmos do tempo que nos deram, tempo esse infelizmente finito, que não aproveitamos da melhor maneira. E se todos fossemos felizes, ou a trabalhar no caminho para a felicidade, rapidamente perceberíamos que felicidade não convive com miséria ou desgraça.

Portanto acho que se trabalhássemos todos no caminho para a felicidade o mundo compor-se-ia. Porque o caminho da felicidade só se faz pelo amor. Se aprendessemos verdadeiramente a amar, iríamos parar para perceber que somos todos iguais, independentemente das condições e condicionantes. Há milhões de pessoas a morrer, todos os dias; agora, neste preciso momento, e pelas mais variadas razões. Com fome, sede, por causa da guerra ou da falta de liberdade a todos os níveis. Pela falta de acesso a condições de saúde, assim como a falta de acesso à alimentação. Por todos os motivos e mais alguns, existem pessoas a morrer. E de vez em quando vemos uma fotografia de uma criança morta, e de repente lembramo-nos de ir para as redes sociais. Mas esquecemo-nos sempre do mais relevante, porque, mais do que falarmos, importa agir. E como agir? Muitas vezes tentamos, mas como os outros não fazem, rapidamente desistimos.

Nós temos, claro está, de agir e pensar globalmente, mas temos também de começar a agir localmente. E essa ação passa, na minha humilde opinião, pela capacidade em olharmos para o outro como aquilo que ele realmente é. É o “eu”, noutras circunstâncias. E aí, o mundo todo se comporia.

Depois, sofreremos de outro mal, o da ambição, que é corolário de uma vontade imensa de poder. Independentemente do assunto tratado, seja ele segurança alimentar, desenvolvimento sustentado, saúde, educação, chegamos sempre à mesma conclusão, a da necessidade de haver vontade política para prosseguir estes objetivos.

Face à pergunta “é o desenvolvimento global realizável?”, a minha resposta é “sim”. Para além disso, depende exclusivamente da nossa vontade na sua realização. Mas isso dá trabalho, e nós somos preguiçosos, avessos a tudo que nos faça sair do sofá ou do falso conforto a que nos habituámos. Mas basta olharmos para o mundo de outra forma, começando por desistir da vontade de poder e da busca incessante pela hierarquização dentro do ser humano. Isto parece tudo uma utopia, mas como disse Oscar Wilde, e eu concordo, “o progresso é a realização das utopias”. Se não nos dermos ao trabalho, não nos educarmos e não desistirmos desta sangria desenfreada que é o consumismo, não nos conseguiremos lembrar do que nos faz felizes, que são coisas tão simples como estarmos quentes, agasalhados, termos boa comida, um ambiente sustentável. Acredito que tudo vai correr bem.



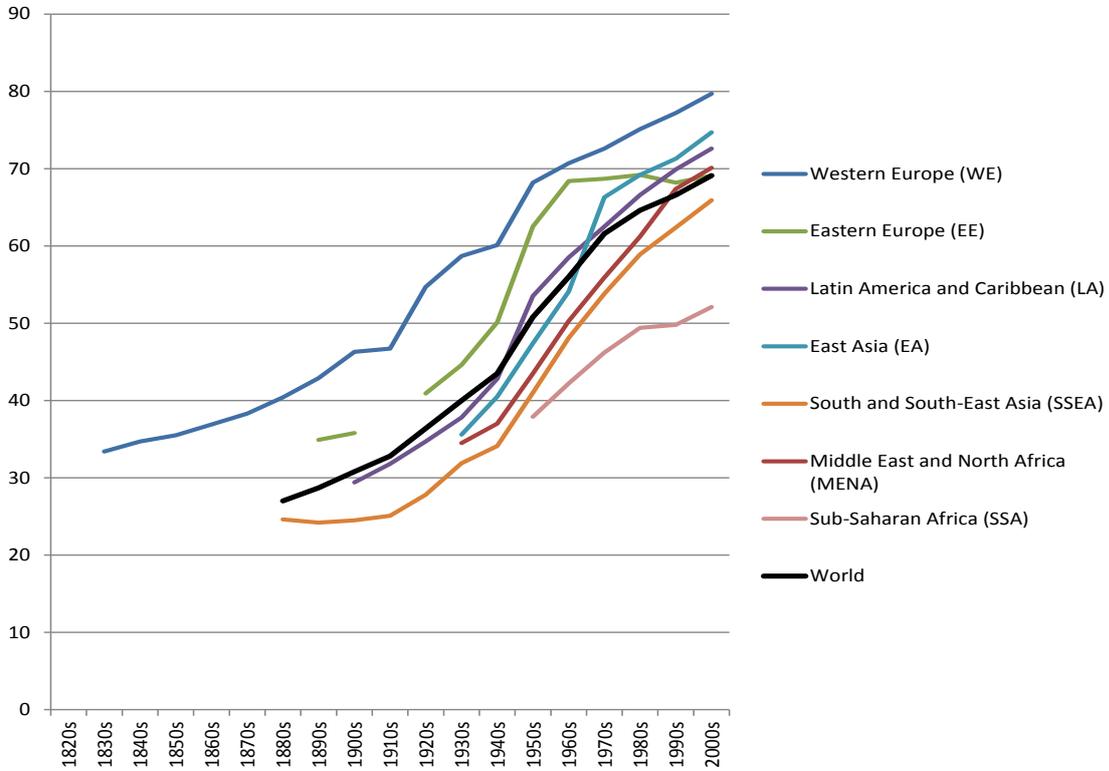
My intervention will focus on the question of “Securing livelihoods for all & the agenda 2030”, which is closely related to the title of this conference. “Livelihood” is the ability to support oneself now and in the future. Income, work and basic needs together form the core elements of livelihoods. But livelihoods go beyond sheer survival, to include people’s potential to thrive. In my presentation, I will share with you some evidence from our analysis on global development and on Africa, with a view of offering some “food for thoughts” for our discussion.

Let me summarise the key messages at the outset:

- Some mega-trends are and will seriously affect livelihoods and development progress in the medium term. These include: slow-down in productivity, demographic patterns (with youth bulges in some areas and rapid ageing in others), climate change and conflict.
- In African countries, some of these trends reinforce each other, in particular strong demographic growth – very rapid urbanisation combines with continuing growth in rural population, at least until 2030 – and the increasing impact of droughts.
- Both Agenda 2030 and the SDGs and Africa’s Agenda2063 set appropriate objectives, but urgent action is needed and implementation challenges remain.
- What are then some implications for our question “Is Global Development Achievable?”. I would summarise those with 5 Ds: “development”, “durabilité”, “distribution”, “data” and “dialogue”

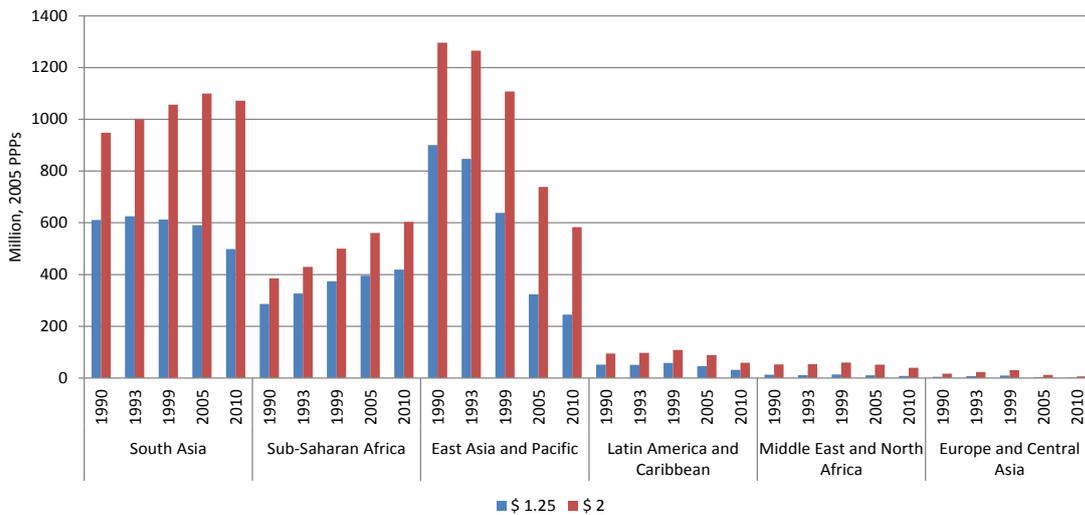
Let us start with a long-term perspective on livelihoods and progress. A recent study we produced on “How was Life” documents progress in the core dimensions of livelihoods – income, work and basic needs – and shows that living conditions have improved on many fronts. Mankind has experienced more than two centuries of almost continuous progress since the Industrial Revolution. The world average life expectancy at birth has increased from below 30 years in the 1880s to almost 70 years in the 2000s.

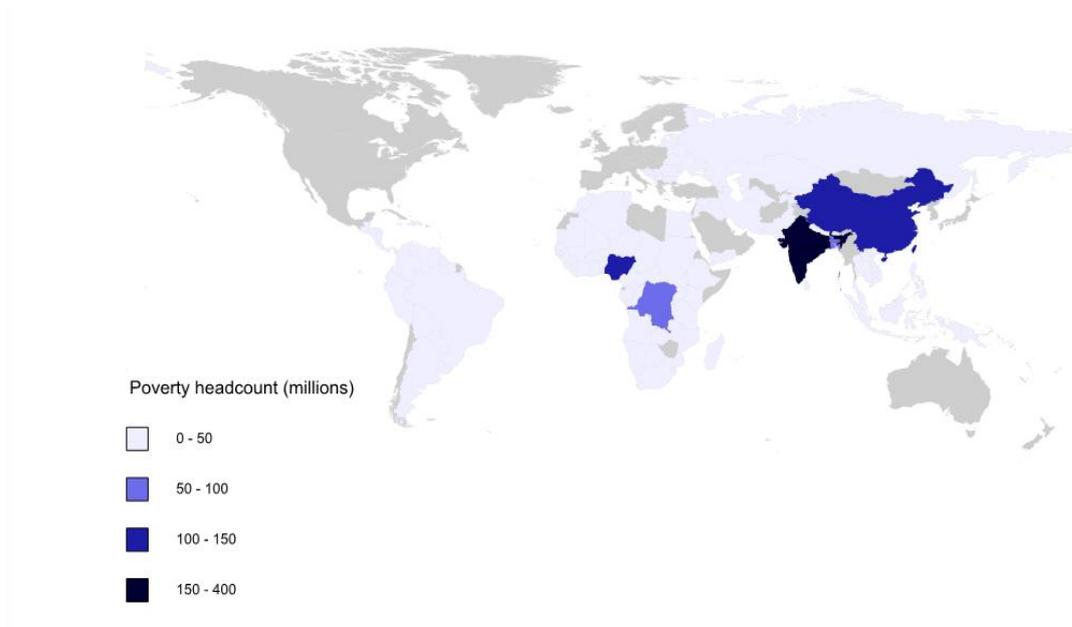
Figure: Life expectancy at birth (years, decadal averages): 1820s-2000s



In more recent decades billions of people have been lifted out of poverty, and poverty is concentrated in a few regions and countries.

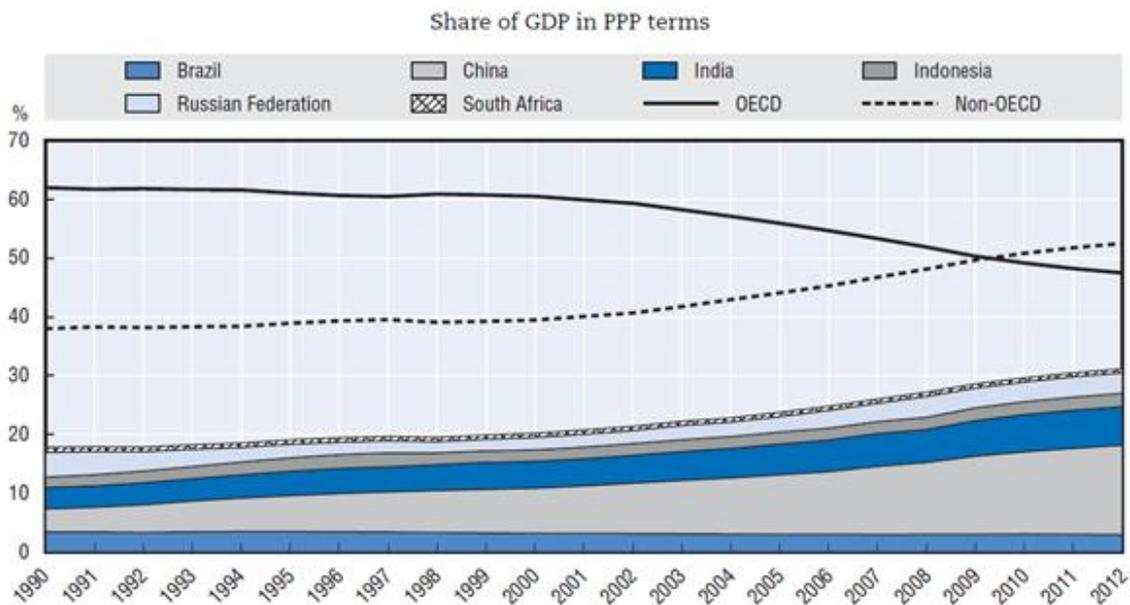
Figure: Numbers of poor people, in millions





A major driver of progress has been fast and sustained growth in the developing world. Per-capita growth rates often twice as high as the OECD average have resulted in a shift in the share of world GDP (in PPP terms): in 2010 the OECD countries' share of world GDP went below 50%. We call this process "Shifting Wealth", which has also resulted in the emergence of new "middle-classes" in the developing world that are eager to consume more and live better lives.

Figure: Share of world GDP



Source: Authors' calculations based on World Bank (2014), World Development Indicators (database), <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>.

However, progress is slowing down and these middle-classes are vulnerable. A serious slowdown has occurred with the recent global financial and economic crisis.

Some mega-trends are affecting the future prospects for livelihoods. They create both opportunities and challenges:

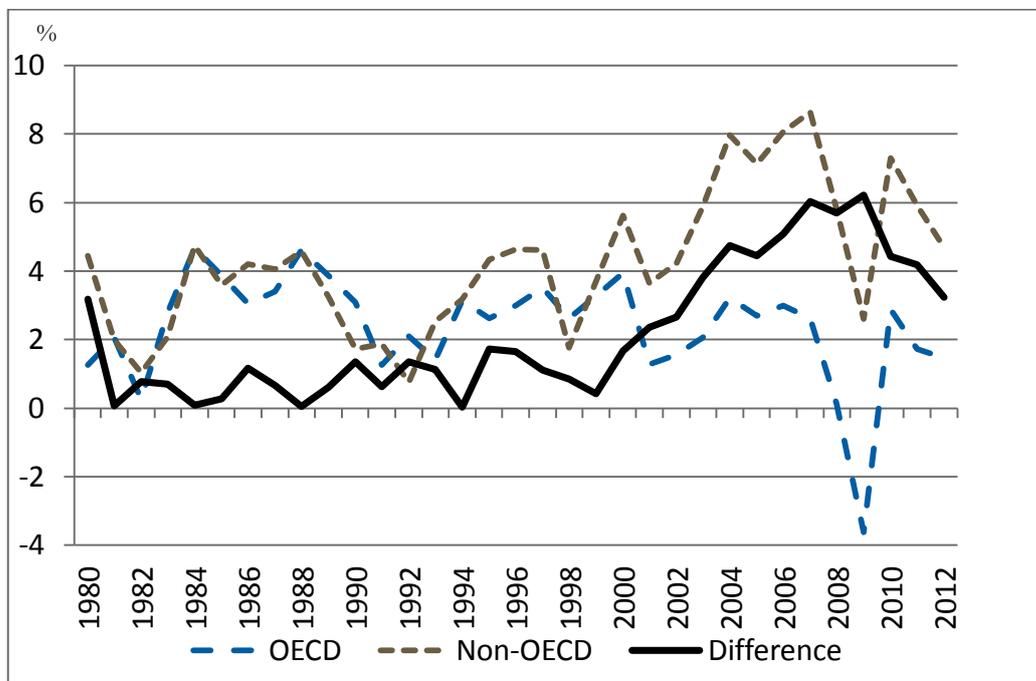
- Economic ones: inequality within countries and jobless growth
- Demographic ones: youth bulge in Africa and South Asia vs. rapid ageing in other regions
- Technology: the advent of automation and the possibilities offered by innovation
- Environment: the impact of climate change, notably droughts
- Security concerns, with the emergence of new threats
- Governance: declining trust in government and persisting capacity constraints

The bottom line is that: although progress towards better livelihoods has been remarkable, the gains made are fragile and many people risk falling back into extreme poverty.

A major question is whether the process of economic convergence towards higher income levels will continue in the future and at what pace. Our analysis shows that, on current growth trends, several low- and middle-income countries will not be able to converge to OECD average per-capita income by 2050. This simple analysis extrapolates the growth rate over 2000-12 and plot it against the average annual growth rate that would be needed from 2012 to 2050 to catch reach OECD per capita average income in 2050. The size of the bubble represents the size of a country's GDP. If a country is above the 45 degree line, its growth rate is NOT ENOUGH to converge. Several middle-income countries (including Mexico, South Africa, Colombia, Algeria, Vietnam, India, Indonesia, Nigeria) are not on course to converge.

This is particularly worrisome. The extrapolation uses the growth rate of the 2000-12, which was a buoyant period for developing economies, with strong external demand.

Figure: Real GDP growth (annual % change) and difference in growth rates



The current scenario may further reduce the speed of convergence towards middle and high-income status. The growth differential between non-OECD and OECD countries is narrowing with the slowdown in major emerging economies.

Poor prospects of convergence raise question of growth decelerations: many developing countries go through periods of lower economic growth, often related to slowdowns in total factor productivity. Structural policies are needed to move up value chains and shift the growth model from one driven by factor accumulation/low labour cost to one driven by innovation.

What is the Outlook for Africa in this global picture? Population and land/space are two of the major factors we should be attentive to.

The scale of African population increase will be unprecedented and cannot be underestimated:

- Between 1970 and 2010, China, India and sub-Saharan Africa all grew in similar numbers, by some 550-650 million people.
- Over the next 40 years, however, sub-Saharan Africa's population will grow by at least 200%, compared with 70% in India, while in China it will level off and start to fall.

Africa's workforce is expected to increase by 910 million people between 2010 and 2050, of which 830 million in sub-Saharan Africa and 80 million in North Africa. Creating more productive jobs becomes even more pressing. African economies need to create 30 million additional jobs every year on average between 2015-30.

The demographic transition opens a unique window of opportunity: Africa's demographic dividend could contribute 10-15% of GDP volume growth by 2030. But the process is just beginning: in the 1990s, there was in Africa one active person for each inactive one, while in China there were two for every one (2.5 today). The activity ratio will only rise above 1.8 workers per dependent after 2050.

Where will population growth happen? Between 2015 and 2050, population in West Africa will grow by 133% (465 million) and in East Africa by 120% (475 million).

Africa is experiencing the fastest urbanisation process in human history – but rural populations will continue to grow, even beyond 2050. Eradicating poverty in rural areas is becoming more and more difficult but the solution cannot be mass migration to existing urban centres. A new approach to rural and territorial development is needed.

In conclusion, what are the implications of these trends and of the new Agenda 2030 for our discussion today? I summarise them with 5 Ds:

- "Development" – the concept of development needs to change: the SDGs are universal; development cannot be considered neither "a problem of the South only" nor "a sectoral policy". It has to go beyond financing consideration, to include the design of strategies, involve multiple actors and multiple levels of governance.
- "Durabilité" – sustainability needs to be integrated in all dimensions
- "Distribution" – we need to look beyond averages, and bring into the analysis inequality, but we also need to look beyond income poverty, at well-being
- "Data" – we need more data, but what data?
- Finally, we need "Dialogue" to find solutions together.



Thomas Gass

Assistant Secretary-General, Nações Unidas

(Mensagem de vídeo)

The historic 2030 Agenda is a groundbreaking plan of action; a shared vision of humanity for transforming our society and our planet, strengthened by the commitment to leave no one behind. It puts forward ambitious development goals for all countries, and provides new opportunities for international development cooperation.

The 17 sustainable development goals, and their 169 targets, address, in an integrated way, the most fundamental social, economic, and environmental challenges of our time. The engagement of the entire global community is required to implement these ambitious goals, and ensure a sustainable future for us all.

In the recent United Nations sustainable development Summit, member states repeatedly emphasised the central importance of development cooperation, and established a strong global partnership for sustainable development. They underscored the importance of adequate, consistent, and predictable resources, the full implementation of the Addis Ababa Action Agenda and the role of official development assistance as a catalyst for mobilising the many other resources needed. They noted critical factors, including robust data and evidence, the role of development cooperation in facilitating trade and investment, and the relevance of promoting transfer of technology and capacity building.

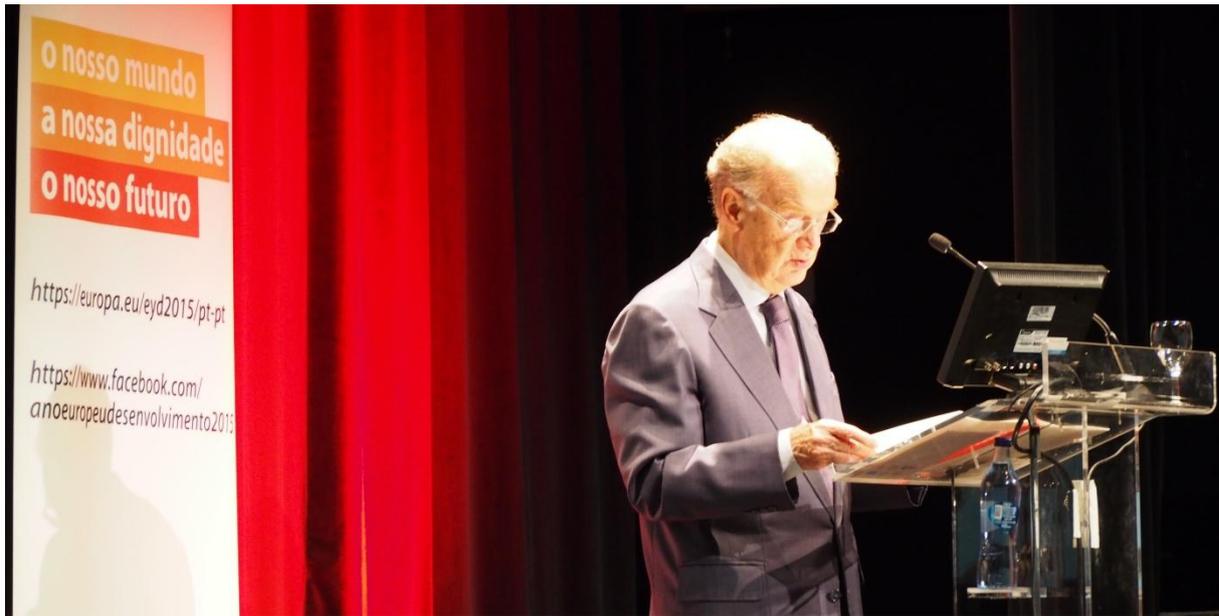
Through the commitment to leave no one behind, and reach the poorest first, the 2030 agenda engages development cooperation to take a new strategic perspective, one that starts by identifying the most vulnerable, and seeking to understand and mitigate the risks and threats they face. This strong emphasis on building resilience and reducing risks should bring about new ways of connecting humanitarian aid with development cooperation.

Let us not underestimate Europe's vital role in taking this agenda forward. Europe has long brought not only a compassionate vision to the most vulnerable and dispossessed, but has also set up important frameworks for societies to move forward. Regarding environment and climate change, Europe leads the world on the efforts for a sustainable world. On gender equality, your concrete action to integrate it into development cooperation programmes as a co-pillar of development policy is the global standard. As the world's largest donor of development aid, Europe has been a longstanding advocate of pursuing a coherent approach towards development cooperation. Your leadership, and commitment, particularly on supporting the efforts of other countries, especially the most vulnerable, is essential.

European development cooperation will assume important dimensions for achieving the SDGs, and in particular goal 17, on revitalising the global partnership for development. As leaders in development cooperation, you are uniquely positioned, to be able to hold governments to account and to motivate support, and further shape development cooperation as a critical mean of implementation in the 2030 agenda.

Excellencies, as noted by the UN Secretary General, there can be no let up in this work. We cannot stop with an agreement on paper, important as that achievement is. Our responsibility is to use every day, every hour, and every minute to make a difference. Achieving the sustainable development goals will require the commitment of all governments and decision makers, towards

the people of this world. The universal 2030 agenda is not just a new deal among nations, but a solemn promise to its people.



Jorge Sampaio

Presidente da República Portuguesa 1996-2006

Sabemos que, em setembro último, a comunidade internacional endossou a nova Agenda dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, que à escala mundial irá enquadrar e unificar no plano dos propósitos, todas as ações de cooperação a levar a cabo nos próximos 15 anos, e que envolverá um leque muito variado e abrangente de atores. Dada a importância e o impacto deste novo normativo, pois é disso mesmo que se trata, como bem sublinha Jeffrey Sachs no seu recente trabalho sobre a era do desenvolvimento sustentável, importa refletir sobre a visão que lhe está subjacente, os objetivos propostos e os instrumentos à disposição para a realização dos mesmos.

Permito-me, portanto, algumas notas sobre esta nova Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, antes de algumas reflexões mais de fundo sobre a questão transcendental, no sentido que lhe dava o filósofo Emmanuel Kant, da possibilidade do desenvolvimento sustentável. Dividirei portanto em duas partes estas breves observações introdutórias: a nova agenda para 2030 e o desenvolvimento sustentável.

Esta nova agenda, embora mais ambiciosa que a precedente, apresenta uma significativa continuidade em relação aos objetivos de desenvolvimento do milénio, sendo a meu ver um fator positivo, encorajante e reforçador da capacidade de mudança. De facto, no contexto de grande precariedade e de recursos limitados, a estratégia ganhadora é a que não desperdiça nem realizações, nem meios existentes, mas antes procura potenciar os resultados alcançados, e corrige o que não deu certo ou redundou em fracasso. No momento em que o mundo atravessa grandes desafios geopolíticos, com uma economia volátil, políticas titubeantes e lideranças pouco afirmativas, importa seguir uma estratégia de pequenos passos, mas seguros, acordando em objetivos realizáveis com meios disponíveis. Ou seja, é tempo de menos retórica, mais realizações e atuação concertada.

No entanto, não nos iludamos, pois realizar os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável enunciados e as suas 169 metas nos próximos quinze anos - os quais no fundo visam a construção de sociedades prósperas, inclusivas, e sustentáveis do ponto de vista ambiental - exigirá uma enorme disciplina, firmeza de propósitos e uma vontade política coletiva inabalável. Acresce que será indispensável manter mobilizadas as opiniões públicas, quer seja ao nível local, nacional, regional ou

mundial. Aliás, o objetivo é tanto maior, quando se considera agora como um dos objetivos a alcançar, e de forma muito explícita, a questão da boa governação, como uma espécie de quarto pilar do desenvolvimento sustentável.

Seremos capazes? - pergunta-se. Estaremos à altura? É tudo menos adquirido. Mas estou certo de que, apesar da via ser estreita, podemos pelo menos fazer progressos consideráveis nas várias frentes. Mas para isso é preciso começar a trabalhar já e, sobretudo, a trabalhar melhor.

De resto, no que a Portugal diz respeito, penso que esta é uma questão que deverá ser prioritária no âmbito do programa do próximo governo, em matéria não só de política externa, e concretamente âmbito da cooperação, mas também em termos de políticas públicas nacionais. Pois, como é sabido, um dos traços inovadores desta agenda é ter um âmbito transversal, ou universal, aplicando-se às sociedades ditas desenvolvidas.

Quanto às condições de realização destes novos 17 objetivos, importa sublinhar duas novas e relevantes inovações metodológicas, que Jeffrey Sachs na obra que já mencionei destaca. Por um lado, o chamado “*backcasting*” e, por outro, o “*technology road mapping*”. Por “*backcasting*” entende-se uma espécie de inversão metodológica, que em vez de fazer assentar a realização de objetivos em previsões, completamente incertas, sobre o que acontecerá em 2030 e 2040, parte ao invés da identificação de um objetivo ou uma meta, que se pretende alcançar num determinado horizonte temporal, e, a partir daí, faz-se um alinhamento que vai recuando no tempo até ao presente. Por outras palavras, trata-se de fazer um planeamento proactivo com base num objetivo a realizar, segundo um cronograma que permita a sua real prossecução. Por outro lado, por “*technology road mapping*” entende-se um roteiro que inclui barreiras, obstáculos ou desafios a superar, para alcançar um determinado objetivo. Estas ferramentas metodológicas poderão de facto promover uma abordagem mais realista das situações e permitir resultados com mais segurança, uma vez serem mais abrangentes e perceptíveis, proporcionando uma mais aperfeiçoada monitorização dos resultados a obter ao longo dos anos. Claro que, por si só, estas achegas metodológicas não garantirão sucesso, mas poderão assegurar um mais rigoroso acompanhamento dos trabalhos, permitindo a correção atempada de desvios ou mesmo derrapagens e, assim, marcar a diferença.

Em relação ao conteúdo dos objetivos propriamente ditos desta nova Agenda, tenho apenas dois modestos reparos a fazer. O primeiro diz respeito à omissão do pilar da diversidade cultural, no desenvolvimento sustentável. Estava completamente ausente dos ODM e neste novo quadro, apesar de algumas referências dispersas a questões correlacionadas, continua a não ter qualquer função estruturante. Ora a meu ver, descurando-se o pilar da diversidade cultural, é o próprio motor do desenvolvimento sustentável que fica um pouco gripado. Porque é pela cultura que as relações sociais e as interações com o meio ambiente são, naturalmente, mediadas. Esta foi uma questão que, na minha qualidade de alto representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, procurei trazer para o debate - embora já na altura da reunião do Rio+20 tenha ficado claro que a esfera cultural não figuraria nas prioridades. É pena que assim seja, mas isso não deve demover-nos de continuar a apostar na boa governação e na diversidade cultural, não só utilizando todos os “*entry points*” da Agenda 2030, como através de iniciativas complementares.

Em segundo lugar, teria também, pela minha parte, de saudar a inclusão de referências mais claras a situações de emergência - resultando de desastres naturais ou de conflitos, com uma dimensão, frequência e duração sempre maiores. Estando em causa, por exemplo, toda a questão dos refugiados, deslocados e migrantes, bem como a assistência humanitária, que coloca, sem dúvida, desafios sem precedentes à comunidade internacional. A este respeito, não poderia deixar de mencionar que me tenho esforçado por mobilizar a comunidade internacional, para a necessidade de uma nova abordagem da agenda humanitária, que deveria incluir mecanismos rápidos de solução de problemas concretos e específicos; como é o caso, por exemplo, da educação superior, relativamente às populações afetadas por emergências. Por isso, muito concretamente, tenho preconizado a criação de mecanismos de resposta rápida para o acesso à formação superior, com base num consórcio académico e num fundo global, que proporcionaria aos jovens de países afetados por guerras a possibilidade de prosseguirem a sua formação superior e, assim, prepararem-

se para a liderança e reconstrução das suas sociedades. Neste contexto, trata-se apenas de um exemplo de como introduzir mudanças no âmbito da assistência humanitária, para melhorar a capacidade de resposta e trazer soluções rápidas para problemas especializados. Não vou aqui alongar-me sobre este assunto, mas estou com certeza disponível para quem pretenda mais pormenores sobre esta iniciativa em gestação.

E agora, *é o desenvolvimento sustentável realizável?* Nesta obra de referência de Jeffrey Sachs, que já referi várias vezes, as últimas páginas são precisamente dedicadas a esta questão da viabilidade da realização do desenvolvimento sustentável. Vale a pena percorrê-las. Primeiro, o autor começa por lembrar que há quem tenha sérias e fundadas dúvidas sobre a viabilidade desta agenda; já que esta implica, segundo as vozes mais críticas, uma verdadeira mudança de paradigma civilizacional que, no seu entender, já não seria reversível. No entanto, logo a seguir, o autor foca-se no poder das ideias como vetor de transformação do mundo, para depois relembrar o significativo acervo existente em matéria de direitos humanos, de condições de paz, e de um mundo conseguido precisamente por causa da força dos valores, dos princípios e dos ideais. A resposta de Sachs acaba por ser inequívoca. Os desafios são complexos, mas temos as ideias certas para os afrontar e os instrumentos que nos dotam da capacidade de mudar o mundo no sentido, precisamente, do desenvolvimento sustentável.

A esta visão otimista, acrescentaria duas breves reflexões. *Primeiro*, sim, o desenvolvimento sustentável é possível. Mas exige, de facto, uma mudança de paradigma, que de resto já está em curso. Começa a ser óbvio que o novo paradigma que procuramos tem de integrar como matriz a ideia de desenvolvimento sustentável, nas suas quatro componentes essenciais: a ambiental, a social, a económica e a cultural. Começamos também a perceber que terá de integrar devidamente a noção de interesse público e de bens comuns globais, e que terá de os pensar numa escala de tempo suficientemente longa, que não poderá comprometer a capacidade das gerações futuras em responder às suas próprias necessidades.

No fundo, trata-se de procurar um paradigma que evite, e cito “a tragédia dos comuns”, para utilizar a metáfora que há uns anos o célebre biólogo Garrett Hardin trouxe de novo para a ordem do dia. Através desta metáfora, afirma-se que, para evitar o esgotamento dos pastos e a sua transformação em terrenos secos e estéreis - e aqui o prado vale como exemplo dos recursos naturais, da água, dos oceanos, do ambiente, da atmosfera e das energias fósseis ou da biodiversidade, mas também da poluição, da emissão de carbono - a única solução é encontrar o modelo adequado de gestão de tais recursos comuns, estando atentos à sua preservação e adequada utilização. Este é, em suma, o célebre ensinamento da “tragédia dos comuns”. Ora isto implica uma alteração profunda do que inicialmente era o padrão de vida ocidental, mas que, por causa da globalização, acabou por se tornar *mutatis mutandis* no modelo civilizacional predominante à escala global.

Pela minha parte, creio que já temos alguns indícios de uma mudança positiva em curso. Podemos interrogar sobre se o ritmo de mudança é o desejável, ou se a extensão das alterações será suficiente. Mas a verdade é que já há experiências encorajantes, e resta-nos esperar que esta nova agenda de 2030 venha a ser um acelerador das transformações.

Em *segundo* lugar, sim, a realização da agenda de 2030 é possível. Mas dependerá igualmente de um contexto mais vasto que se prende com o reforço dos mecanismos de prevenção e de resolução pacífica dos conflitos; o que nos leva a por no centro das prioridades a questão do reforço do papel das Nações Unidas, tão necessário no mundo de hoje, atravessado por desafios complexos e, com certeza, muito contraditórios.

É certo que a agenda para o desenvolvimento não pode perder de vista a sua natureza e vocação, primeiro e naturalmente, a de ser um roteiro de mínimos para realizar a dignidade humana à escala planetária. Ou seja, trata-se, antes de tudo mais, de um programa radical de erradicação da pobreza e da fome, de luta contra a doença e iliteracia e do combate à degradação ambiental. Mas, por outro lado, se não se atacam os problemas na sua raiz, nunca se criarão as condições do desenvolvimento sustentável. É bem sabido que, por trás da pobreza e do desenvolvimento, estão quase sempre causas de ordem política, conflitos e violências de variada ordem - razão pela qual é importante não

descurar a agenda para a paz e a segurança humana, sem os quais não há desenvolvimento duradouro nem sustentável. No meu modesto entendimento, são indispensáveis mecanismos reforçados e inovadores de prevenção e mediação de conflitos, quer no âmbito das Nações Unidas, quer no âmbito das organizações regionais, que atuem de forma coordenada e, se necessário, conjunta.

Esta questão dava naturalmente para outra conferência, e não vou alongar-me aqui sobre ela, mas apenas quero sublinhar o quanto me parece que, para enfrentar as ameaças de tipo transversal que caracterizam o nosso tempo, são necessárias respostas conjuntas e concertadas, bem como uma ação coletiva. Por conseguinte, só com mais e melhor diplomacia multilateral será possível combatê-las e preveni-las. É bom sublinhar que nenhuma Agenda para o Desenvolvimento será exequível paralelamente se não prosseguir no caminho difícil, mas necessário e urgente, da reforma da organização das Nações Unidas, e muito em especial, do Conselho de Segurança; se não se investirem em mecanismos novos de resolução e mediação de conflitos; se não se aperfeiçoar o trabalho das agências especializadas do sistema das Nações Unidas e de outras organizações regionais, de forma a agilizar as respostas atempadas às crises (quer seja na saúde, na educação, ou no plano da assistência humanitária); se não se criarem mecanismos de financiamento eficazes, transparentes e direcionados para a produção de resultados; e finalmente, se não se reforçar a coordenação entre o extenso leque de atores diversos - do setor privado à sociedade civil - cuja ação tem vindo a adquirir importância crescente.

Por mim, não tenho dúvidas e quero afirmá-lo com toda a força: a globalização requer regulação, e esta requer o reforço da diplomacia multilateral. É preciso que a emergência de uma ordem jurídica mundial legítima e eficaz traduza na realidade, e à escala planetária, menos violência e mais justiça. Só assim poderemos trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável.



PAINEL 1

A nova Agenda Global para o Desenvolvimento

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a sua aplicação universal, do global ao local





Pedro Conceição

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A nova agenda, se formos sérios relativamente à sua implementação, implica que pensemos os conceitos de prosperidade e crescimento económico de maneira diferente. E, em particular, que atentemos a três considerações.

A primeira é que o crescimento económico deve ser um crescimento partilhado e inclusivo. Verifica-se frequentemente uma dissociação entre o crescimento, por um lado, e a criação de emprego ou o rendimento para a maioria das populações em países desenvolvidos, mas também em países ditos subdesenvolvidos. Em países desenvolvidos, quando a produtividade do trabalho aumenta, o rendimento da maioria da população, ao contrário do que sucedia no passado, não o acompanha. Ou seja, a produtividade tem aumentado, mas o rendimento da maioria da população estagna. Em alguns países, isto reflete-se no aumento da desigualdade de rendimento, enquanto noutros reflete-se no aumento das taxas de desemprego, nomeadamente nos segmentos mais jovens. Nos países em desenvolvimento, isto acontece muitas vezes quando o desenvolvimento económico está associado à exploração de recursos naturais, que depois não se traduz numa melhoria das condições de vida. Assim, é necessário, repensar o crescimento numa ótica de crescimento partilhado, que se traduza na melhorias real e efetiva dos níveis de vida.

O segundo aspeto tem a ver com a sustentabilidade do crescimento, interligada com a forma como consumimos nas nossas sociedades atuais. Temos, portanto, que considerar e enquadrar os custos para o ambiente que esses padrões de consumo significam.

O terceiro elemento relaciona-se com o facto de não podermos pensar o desenvolvimento como um processo estável ou linear. Em todos os países do mundo, este desenvolvimento sofre choques, e é sujeito a volatilidades que radicam em causas económicas, epidemias, desastres naturais ou ainda conflitos. Todos esses fatores podem ter o efeito de atrasar o desenvolvimento ou comprometer os ganhos anteriores, levando pessoas que até poderiam ter saído da situação de pobreza, de volta para essa mesma condição. Isto era algo que se podia aceitar com a agenda anterior, uma vez que o objetivo era reduzir a pobreza para metade, essencialmente nos países em desenvolvimento, e onde, portanto, isso poderia suceder mesmo cumprindo a meta. No entanto, com uma agenda que assume pretensões universais e aspira a que “ninguém fique para trás”, nós não podemos simplesmente continuar a pensar estes problemas de volatilidade e de riscos da mesma forma. Temos, portanto, que assumir uma postura mais inclusiva, protetora do ambiente, e consciente e eficiente na gestão de riscos.

Para concluir, será importante questionarmo-nos como poderemos alcançar a nova agenda. Em primeiro lugar, é de referir a necessidade em mobilizar recursos financeiros, mas de uma forma distinta. Não basta pensar que a ajuda pública ao desenvolvimento ou a transferência de recursos dos países mais ricos para os mais pobres irá resolver todos os problemas abrangidos pela nova agenda. É preciso mobilizar todos os recursos à nossa disposição, públicos, privados, externos e internos. E isso é, de alguma forma, aquilo que emergiu da conferência internacional sobre o financiamento para o desenvolvimento em Adis Abeba, concluída em junho, e que oferece, de alguma

forma, um roteiro sobre como a comunidade internacional pode gerir a mobilização coordenada de recursos. Não nos esqueçamos também da relevância da tecnologia, igualmente referida em Adis Abeba. Um exemplo são as energias renováveis cujos custos têm caído drasticamente nos últimos. Se não era viável, há uns anos, a implementação em larga escala de energias renováveis, hoje em dia a situação mudou, com a previsão da continuação desta queda dos custos deste tipo de equipamento a longo prazo. Há outras tecnologias importantes, como é o caso das tecnologias de informação e comunicação, das tecnologias de saúde e outras. É este novo entendimento de como podemos mobilizar os recursos financeiros juntamente com a tecnologia que nos poderá levar a uma implementação bem-sucedida da nova Agenda Global.

Ana Paula Fernandes

Delegada de Portugal ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE



No âmbito da minha intervenção, queria essencialmente debater duas questões: uma que diz respeito à implementação da Agenda Global em sentido geral, e outra ligada aos desafios que Portugal poderá encontrar na implementação desta agenda.

Antes disso, três considerações principais. Fala-se de uma mudança de paradigma que não sei se conseguiremos realizar. Fala-se da universalidade desta agenda, mas vamos ter de realizar essa universalidade; pois não será fácil conciliar as agendas políticas nacionais com uma coerência no âmbito das políticas internacionais, enquanto se envolve um número muito mais dilatado de atores como o sector privado, as fundações, ou as ONG na implementação dessa agenda universal. A Agenda é também universal pelo facto de, à exceção da cultura como já foi aqui referido, quase todas as áreas de governação pública estarem incluídas: desde a corrupção, ao combate aos fluxos ilícito de capitais, à educação de qualidade, mas também à inclusão social, ao ambiente e à ajuda ao desenvolvimento. Esta agenda não se foca numa abordagem “*Beyond aid*” (para além da ajuda ao desenvolvimento), mas sim “*Aid and beyond*”, ou seja, a agenda continua a afirmar a importância crucial das ajudas financeiras aos países mais frágeis e vulneráveis.

Após estas considerações iniciais, foco-me na implementação desta Agenda 2030, que encerra oportunidades e desafios. Temos pela primeira vez, se as organizações multilaterais assim o quiserem, a oportunidade de construir uma diferente coordenação na ação dessas mesmas organizações no que toca ao apoio a outros países e na implementação desta agenda. Seria muito interessante se, pela primeira vez, o Banco Mundial, a OCDE, o FMI, e as Nações Unidas não entrassem numa lógica de competição pelos recursos que são escassos, mas entrassem sim, numa lógica de divisão de trabalho. Aí todos sairíamos a ganhar. É também evidente que parte dos países membros dessas organizações a vontade e o trabalho para alcançar o sucesso deste multilateralismo mais eficiente e eficaz.

Outra oportunidade, que surge simultaneamente como desafio, é a do papel direto que os próprios países irão poder jogar nesta visão universalista. Desta vez, os países terão de implementar a agenda numa lógica de coerência das políticas; mas será que teremos a capacidade de manter uma visão “*whole-of-government*”, coordenada, relativamente ao que são as nossas mais-valias nessa

implementação? Sendo realistas, os países não poderão todos ser implicados da mesma forma ou estar presentes em tudo, ou seja, é necessária de uma priorização, quer para a sua agenda interna quer externa, relacionada com as mais-valias que cada país poderá trazer.

Na OCDE, por exemplo, e antes da aprovação da agenda em Nova Iorque, realizaram-se reuniões com a Alemanha e a Suécia, onde estes países apresentaram já as suas prioridades na agenda global e o enquadramento institucional dentro do qual serão atingidas. As prioridades alemãs internas são a alteração dos padrões de consumo, a questão energética e a questão da sustentabilidade ambiental; no plano externo são a capacitação nas mesmas áreas, boa governação e paz e segurança. Do ponto de vista institucional, a Chanceler alemã coordena uma equipa interministerial, que faz a abordagem externa e interna para assegurar alguma coerência e visão integrada das políticas. Incluíram também um comité de “sábios”, oriundos dos diferentes segmentos da sociedade civil, que trabalharam em conjunto com os vários organismos para afinar a implementação dessa agenda. A Suécia está igualmente a posicionar-se sobre as suas mais-valias, embora com outros mecanismos.

Seria interessante termos esta reflexão em Portugal, sobre a mais-valia que o país poderia trazer a este panorama. Esta interligação entre diplomacia, setor privado, ambiente, desenvolvimento e ajuda tem de estar presente e implicar um esforço de clareza sobre o que implica a internacionalização da “marca de Portugal”, no quadro do contexto global do Desenvolvimento e desta nova agenda.

No que toca ao financiamento, refira-se a experiência inglesa, que diz que devemos contribuir para os bens públicos globais e que, nesse âmbito, é tão legítimo um apoio ao financiamento de um programa de combate ao movimento ilícito de capitais, como o financiamento de programas de segurança alimentar; pois o objeto final é sempre o desenvolvimento. Isto reposiciona a perspetiva do financiamento e de qual o papel da ajuda nesse contexto, pois não é por acaso que, mesmo em situação de crise, o Reino Unido aumentou para 0,7% a sua contribuição para a ajuda pública ao desenvolvimento, reduzindo em áreas internas/nacionais como a saúde ou educação. Não quer isto dizer que tenha feito menos nestas áreas, ou que tenha havido uma perda de qualidade das mesmas; fez antes de uma forma diferente e através uma utilização mais eficiente e diferenciada de recursos, que permitiu libertar fundos. Como sabem, algumas das contribuições da APD não são contabilizadas para o défice.

Para terminar, podemos refletir sobre a possibilidade da implementação, dando exemplos muito práticos. São precisos 7 mil milhões de USD por ano para que todas as crianças do mundo tenham acesso à educação; nós gastamos, na Europa, 11 mil milhões de dólares anuais em gelados e, nos Estados Unidos, 11 mil milhões anuais em cosméticos. Portanto, a questão não se coloca sobre a existência de meios ou recursos, mas sim sobre se vamos ser capazes de politicamente implementar esta agenda, o que implica uma alteração de mentalidades (incluindo no nosso país) para passar a encarar a Cooperação para o Desenvolvimento como uma área de investimento estratégico e importante no novo contexto global.



James Mackie

European Centre for Development Policy Management – ECDPM

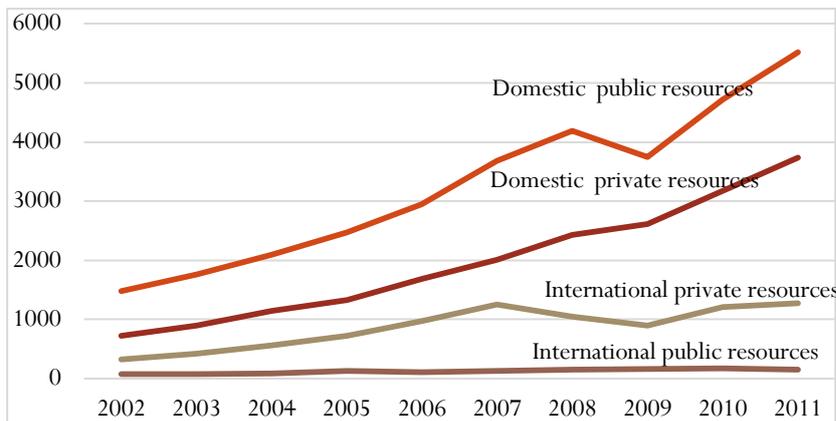
My intervention is focused on the European Report on Development (ERD), which is all about “Combining Finance and Policies to Implement a Transformative Post-2015 Development Agenda”.

But first, let me mention three key points. First of all, the Millennium Development Goals (MDGs) were a restricted agenda; although some improvements were observed in some areas, development would not be achieved by following the MDGs – we therefore need a broader agenda and much more integrated approaches. Secondly, there are much more sources of financing than Official Development Assistance (ODA) and policies affect the way you use finance: good policies can lead to cheaper solutions and attract more funding, while bad policies waste money. In other words, financing by itself is not enough, as recognised by the notion of Policy Coherence for Development, mentioned in goal 17 of the Sustainable development goals (SDGs). Thirdly, the European Union has a central role in the financing effort, including on positive policies such as combating illicit financial flows or trade for development. Policy coherence is more important than financial resources, but is also much more difficult.

In the past, the finance needs’ studies emphasised gaps to be filled with *aid*, but the finance context has changed. The MDGs certainly catalysed financing for social sectors, but did not consider long term *enablers* for a transformative context. Furthermore, the MDG mindset was very focused on getting aid for particular projects and often ignored the wider role of *policy*. The ERD 2015 looks at four fundamental aspects of the shift we must operate in this new approach towards finance for development: (i) we should be considering all financial resources; (ii) policy and financing go together, and we cannot consider one without the other; (iii) we should focus finance on the enablers of sustainable development; and (iv) we need to implement this within a transformative post-2015 development vision.

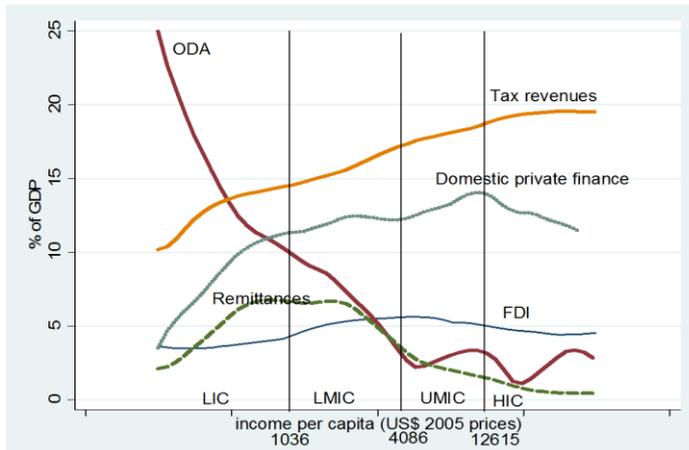
Regarding the financial flows, what paid the most for development was, first and foremost, domestic public resources - the taxation efforts by developing countries themselves - and there has been a dramatic increase in these flows between 2002 and 2011. The second category is domestic private resources which, on the contrary of general thinking, has been an important factor of development. Then we get to international public resources, which is such as foreign direct investment and migrant remittances, and at the bottom Official Development Assistance.

Figure: Trends in finance to developing countries (\$ billion, 2011 prices), 2002–2011



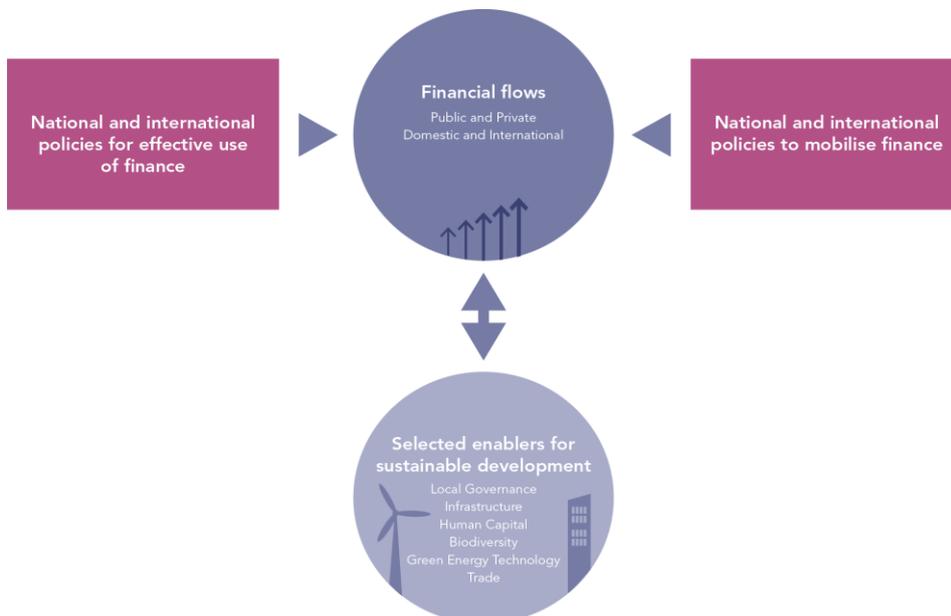
The relevance of these financial flows and their share of the GDP is different accordingly to the level of income. In the next figure, starting off on the far left, we see ODA being extremely important for low-income countries, but as you move to middle income countries, tax revenue becomes a much more important part of the mix, with ODA declining. If you are a developing country leader, you should not simply be thinking about the situation here and now, but on how to transform the economy/the budget by increasing taxing capacity in order to move away from ODA.

Figure: *Composition of finance by level of income (% GDP)*



Financial flows are affected by policies: policies for the effective use of finance (effectiveness of aid, effective use of public resources), and policies to mobilise finance (e.g. encouragement of bank investment). If you focus on sustainable development enablers such as local governance, infrastructures, human capital, biodiversity, green technology, or trade, we can see that the mix of finance can be very different from one enabler to another.

Finance should be seen as a process, with different types of finance moving forward, in different types of context. The two very important principles of the new Development Agenda - universality (the Goals will apply to all and all contributions are important) and differentiation (not all can contribute in same way or to same extent) - have implications in financing as well. And we need to involve multiple actors: not just the government, but also the private sector, migrants, NGOs, and so forth. And there is also a need for a monitoring and accountability framework.



What are the main policy messages of the ERD 2015? First, the pattern of finance for development evolves at different levels of income. What is true in one country will not be true in the other; aid can - and in certain countries will be - an important part of the solution, but it must be used very wisely (helping a country improve its taxing capacity, for instance). Secondly, policy matters; Finance is not enough on its own and it is essential to adopt appropriate and coherent policy and finance measures together, including both domestic policy and financial frameworks and a conducive international global system (e.g. international tax regulation). Finally, accountability and participation are needed to incentivise joined up thinking between finance and policies.

Pedro Silva Pereira

Deputado ao Parlamento Europeu



A questão que nos orienta neste dia é o de saber se os objetivos de desenvolvimento sustentável são realizáveis, o que, por si só, é o reconhecimento da dificuldade dos desafios com que se depara a comunidade internacional, e que vão desde os fluxos migratórios e de refugiados fugindo da insegurança e da miséria, aos problemas sociais, da fome, da pobreza e das questões ambientais que o mundo enfrenta. Mas revela, também, a ambição que se reconhece aos objetivos do desenvolvimento sustentável: são nada menos que 17 grandes objetivos e 169 metas, sendo que ainda faltam os indicadores. Até março de 2015, os técnicos e especialistas de estatísticas vão construir um universo complexo de indicadores para monitorizar a evolução do desenvolvimento sustentável.

Perguntam-se se é realizável esta ambição, e eu lembro-me daquilo que senti em Adis Abeba, na conferência de alto-nível sobre Financiamento do Desenvolvimento: a vontade de perguntar, no meio das discussões sobre o desenvolvimento sustentável e o objetivo de erradicar a pobreza nos próximos 15 anos, se já tinham transposto as paredes da conferência - porque quem circula pelas ruas de Adis Abeba, tem dificuldades em imaginar a erradicação da pobreza apenas numa cidade, quanto mais no mundo inteiro. Estamos, portanto, perante um desafio tremendo, que é o contexto ainda de extrema pobreza, fome e miséria em muitas partes do mundo.

Sendo os desafios tão exigentes, coloca-se a questão de saber se a comunidade internacional tem a vontade e disponibilidade necessárias para afetar à ajuda ao desenvolvimento os recursos e instrumentos de política suficientes para alcançar estes objetivos. Infelizmente não tenho uma perspetiva muito otimista, porque não me parece que isso tenha acontecido na conferência de Adis Abeba. Com certeza que a mobilização dos recursos domésticos, assim como o alinhamento entre o setor privado e os objetivos do desenvolvimento sustentável, são essenciais para chegarmos a resultados e têm uma relevância quantitativa cada vez maior, mas o papel da ajuda pública ao desenvolvimento não pode ser desvalorizado, por várias razões. Em primeiro lugar, porque ela ainda é essencial para os países menos desenvolvidos, mais pobres e mais vulneráveis. Segundo, por ter uma capacidade de focalização nos objetivos de desenvolvimento, que não temos por adquirido que aconteça com os recursos domésticos, e menos ainda com a utilização do investimento privado. E, finalmente, porque a ajuda pública ao desenvolvimento tem um potencial catalisador que não pode ser menosprezado.

O que aconteceu em Adis Abeba a este propósito foi que, verdadeiramente, ninguém se comprometeu com uma meta de ajuda pública ao desenvolvimento significativa nos próximos anos. A União Europeia comprometeu-se com o alcance da meta dos 0,7% do Rendimento Nacional Bruto, até 2030, que é a data final de conclusão da Agenda Global. O que significa que durante todo o período de execução da agenda não temos nenhuma garantia de que a União Europeia, o maior doador mundial, atinja a meta dos 0,7% (que já estava estabelecida para 2015). Pelo contrário, sabemos hoje que dos 28 países da União Europeia, apenas quatro cumprem atualmente essa meta quantitativa - e se é certo que alguns estão a aumentar esse investimento, outros anunciam a sua redução, pelo que temos poucas garantias de que se vá lá chegar. Não foi possível um acordo mais ambicioso do que este, e isto é um primeiro indicador da vontade política. No seio da União Europeia, há muitos países que se confrontam com exigências orçamentais e metas restritivas de cumprimento do défice e há também um debate interno intenso em vários países sobre a prioridade e utilidade da ajuda pública ao desenvolvimento, o que contribui para esta dificuldade de chegar a acordo nas instâncias europeias. Mesmo assim, a União Europeia foi o único bloco que avançou este compromisso em Adis Abeba, porque nenhum dos outros maiores doadores chegou tão longe.

Estranha-se, igualmente, o pouco que se falou da ajuda financeira ao desenvolvimento, tendo sido o tema central a criação de um órgão de cooperação internacional fiscal, no âmbito das Nações Unidas. Verificámos que as economias emergentes também não quiseram discutir o financiamento visto que a “responsabilidade partilhada” quer, para eles, dizer uma coisa diferente do que significava aquando da conferência de Monterrey em 2002. Quem estava interessado na discussão da ajuda ao desenvolvimento eram, portanto, os pequenos países pobres - que eram já uma minoria, em termos de peso político, dentro do próprio G-77.

Não estando garantido nem um compromisso financeiro com uma calendarização clara, nem suficientemente assegurados os instrumentos de política que nos permitam garantir que aqueles recursos nacionais/internos mobilizados pelos países em desenvolvimento, ou que o investimento privado, convergem para os objetivos do desenvolvimento sustentável, não podemos por isso afirmar que a comunidade internacional tenha tomado as decisões necessárias para assegurar a implementação dos novos objetivos globais. E isto prova que o debate político sobre a resposta a estes desafios ainda agora começou e vai mobilizar a nossa atenção nos próximos tempos. Resta-me esperar que esta temática ganhe na sociedade portuguesa uma prioridade que infelizmente não tem tido; a política de cooperação para o desenvolvimento é absolutamente essencial, por razões que parecem óbvias a quem analise a nossa história e enquadramento geoestratégico, e espero que haja condições que este debate ganhe prioridade na nossa agenda.

PAINEL 2

A União Europeia no mundo: Direitos Humanos vs. Desenvolvimento face aos desafios globais

As mais-valias e contradições europeias na promoção do Desenvolvimento: Ajuda ao Desenvolvimento, Direitos Humanos, coerência de objetivos e políticas





Geert Laporte
Vice-Diretor, ECDPM

I would like to divide my limited time by focusing on three elements: the risks and potential contradictions with the Agenda 2030; the role of the European Union as a role model in key domains of this new agenda, including on human rights; and how the European Union can strengthen its implementation capacity, in order to make sure that this agenda is not solely on paper but an effectively implemented agenda.

On paper, it is a huge and fantastic agenda, moving from north-south types of cooperation to universalisation, based on the principles of common but differentiated responsibilities. However, regarding implementation there are some risks involved; it is very difficult at this moment to define who is going to do what, when we have an overly ambitious agenda, which is not easy to monitor and to check. We also have contradictory goals, as the SDGs, to some extent, call for less but also for more: less when it comes to global warming originated by the increase in temperature, but also more when it comes to industrialisation. It is not easy to find compromises between these sometimes contradicting goals, and we will need some time to find solutions.

As a role model, Europe has a lot to offer, and sometimes we are overly critical of the European Union. However, the EU is for many countries in the world, and particularly developing countries, a kind of goal to reach - and this relates to the agenda on human rights, democracy and justice (linked to SDG 16), which is very appealing, although Europe is not always implementing it in a consistent manner. Europe is also praised because of its social model of dialogue, social protection, non-discriminatory policies, gender issues and also regional integration and structural and cohesion funds within Europe. Furthermore, the fact that Europe is still the largest aid donor, whatever this may mean in a world where aid becomes more marginalised.

However, the problem with the European Union is that while we have the most beautiful strategies and policies, we lack implementation capacity. Therefore, the biggest challenge with this Agenda 2030 is that we can indeed implement it – and I see three levels of responsibilities. First, we could be doing better in domestic responsibilities, to reduce the negative external effects at global level. For instance, in Belgium, we have the tradition of receiving a heavily polluting car if working to a private sector company, a diesel car. It is also a way of avoiding taxes, and leads to enormous pollution on our roads and Brussels is the second most congested city in Europe, after London. This is a typical example of how we are not combining our intentions to reduce CO2 emissions with a policy that subsidises owners of car companies.

A second level of responsibility where Europe should also do better is global universal responsibility, which is enshrined in the agenda 2030 and to be implemented by all countries worldwide. One example relates to the reduction of poverty. We should, in the next 15 years, reduce poverty levels worldwide by almost 50%. In Europe it means 62 million Europeans should be lifted out of poverty, but we have a European 2020 strategy that only mentions 20 million; so we are supposed to lift out of poverty three times more people than we have set in our own internal targets. In addition, we see that in most European societies inequality and poverty are growing, with many countries still deeply

feeling the effects of the economic crisis. This means there is a reverse trend in Europe while we are making a very ambitious commitment for the next 15 years. So I am very curious to see how Europe will deal with these issues, knowing that 25% of European population is today close to poverty or has very low living standards.

The third responsibility that Europe must tackle is *vis a vis* poor countries. It is stated that Europe will stick to the 0,7% ODA commitment, but this target is there for more than 30 years; and again, we witness a reverse trend, as most European states are cutting aid. Currently, aid is not the key financial flow and we know that development financing should come from other sources; therefore, at the same time, we as Europeans have the responsibility to ensure that our policies are coherent. We have been insisting in the last few years on policy coherence for development, most Member States have policies and institutional arrangements in place, and we understand the impact of incoherent policies, but we do very little to change them. As an example we can take piracy near the Somali coast, which we fight with a high degree of success but, on the other hand, we don't seem to look at the root problems of piracy, at questions such as governance, fishing (with European vessels fishing in the coast of Somalia) or migration. We need to "open the box" and go to the root causes of the problems, and also see where we, as Europeans, have not put coherent policies in place.

Finally, a central issue is to know if Europe will be ready to give a more prominent place to developing countries in the global governance system. Many developing countries are expecting this and Europe is very silent on this issue. Europe has been losing some political and economic weight and this raises the question of whether it is justifiable that 2 out of 5 UN Security Council members are European States (when we have countries such as Brazil, India, and even perhaps South Africa or Nigeria, which also have that ambition). Europe will have to make choices to gain the trust of the developing world.

As a conclusion I would say that beyond the means to finance development, beyond statistics, monitoring and compliance mechanisms, what is needed in the first place it that we address the real political barriers preventing us from realizing these sustainable development goals. At the European level this also means that we have to be ready to share power and change our mindset in the relationship with the rest of the world.

Henrique Banze

Secretariado ACP - África, Caraíbas e Pacífico



Eu gostaria de abordar dois ou três aspetos globais, sendo um deles sobre a possível, ou não, realização do desenvolvimento global. Eu sou daqueles que pode ser considerado otimista, reconhecendo embora os desafios que existem em todos os países. Nos países africanos tem havido um desempenho económico que, se não é suficiente, é pelo menos encorajador. Podemos mencionar várias teorias, mas o objetivo último do desenvolvimento é na realidade o bem-estar (material, moral se quisermos, até espiritual), a que todos aspiramos. Isto exige que as questões económicas sejam bem trabalhadas, pois é o motor importante para os países evoluírem, e para os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) a criação de emprego é crucial como gerador de rendimento para que as pessoas possam sobreviver. Logicamente que outras questões foram

discutidas em Adis Abeba, como a fiscalidade e o comércio internacional, mas considero que em primeiro lugar estão as questões relacionadas com o emprego. Outra questão fundamental diz respeito à boa governação, o que inclui não só a transparência, mas também ir ao encontro das principais necessidades nacionais e ser capaz de definir prioridades em países onde há grandes necessidades. No que toca ao investimento, os nossos países não produzem o suficiente para poderem reinvestir e crescerem por si, pelo que os investimentos externos serão essenciais, seja sob forma de ajuda pública ao desenvolvimento, seja pela ação do setor privado. Outra questão importante diz respeito à paz e segurança, respondendo tanto aos conflitos endogenamente criados como aos baseados em fatores externos, o que exige um trabalho não só das autoridades nacionais, mas também a nível global. Para além disso, é necessário renovar a parceria global - que esta seja real e efetiva na verdadeira acessão da palavra, onde exista diálogo de lado a lado e vantagens mútuas.

Em relação ao tema deste painel, que trata dos Direitos Humanos no âmbito dos desafios globais e do papel da União Europeia nesse contexto, começo por referir que esta é matéria sensível para todos. Parece-me que, no geral é consensual a importância dos direitos humanos enquanto princípio, ou seja, todos os países entendem a necessidade de os promover. Os problemas surgem nas interpretações, no entendimento e na implementação. Um primeiro problema é o facto de alguns países ou pessoas questionarem a universalidade dos direitos humanos, identificando-os como uma imposição do Ocidente. No seio dos países ACP, existe por vezes a ideia de que os direitos humanos estão a ser utilizados como vetor de intervenção muitas vezes indevida por parte do Ocidente, para questionarem determinados regimes com os quais não estão de acordo. Existe também uma acesa discussão em relação ao tribunal penal internacional, pelo sentimento de que está a ser bastante parcial e seletivo na sua ação, existindo outras situações de violação dos direitos humanos que não são abordadas ou questionadas.

Existe uma multiplicidade de desafios globais e será muito difícil responder a essa complexidade. No que toca aos problemas climáticos, de referir que os países em desenvolvimento e particularmente os pequenos Estados insulares sofrem muito com esse tipo de calamidades. Em segundo lugar as questões de segurança internacional, mais precisamente terrorismo, devem preocupar-nos a todos. A questão dos migrantes e dos refugiados é hoje referida devido à crise que a Europa enfrenta, mas sabemos que os países africanos são confrontados há muito com este problema.

A cooperação europeia com os Estados ACP teve origem há cerca de 40 anos, existindo atualmente o Acordo de Cotonou, no qual se estabelece um compromisso comum de trabalhar conjuntamente para os objetivos da erradicação da pobreza, do desenvolvimento sustentável e da integração gradual dos países ACP na economia mundial. No âmbito dos direitos humanos e do papel da União Europeia na sua promoção, é necessário ter em conta que os países ACP estão num estágio de desenvolvimento em que tudo é prioritário. Nesse contexto, sendo muitas vezes obrigados a estabelecer “prioridades às prioridades”, acaba-se por negligenciar muitos aspetos de igual importância, dificultando uma abordagem multidimensional dos problemas. Por outro lado, é preciso ter presente o forte sentido de soberania dos países, que acabam por encarar certas posições europeias como ingerências. Um último aspeto tem a ver com a maneira como interpretamos a implementação concreta de cada situação. Como recomendação diria que a UE deveria, no relacionamento com estes países, ter em consideração que: (i) do outro lado existe um parceiro com vontade e entendimento próprios, (ii) que é preciso ter em conta as condições específicas em cada terreno, (iii) que os direitos humanos têm que ver a consciências das pessoas, ao nível do indivíduo, e não se restringem só aos governos, pelo que o mais importante é trabalhar para a mudança de mentalidades das pessoas, e (iv) que a consciencialização para os direitos humanos é um processo, possivelmente bastante longo, que nem sempre se coaduna com a nova vontade para a obtenção de resultados rápidos.



Francisco Seixas da Costa

Embaixador

O debate de hoje é extremamente interessante por se centrar na mudança qualitativa do posicionamento global face às questões do desenvolvimento, com a atenuação ou desaparecimento de alguns dos seus paradigmas tradicionais como a questão Norte-Sul, e analisando o modo como os diferentes atores se colocam neste processo.

Estive envolvido nas primeiras estruturas que se criaram em Portugal para questões de desenvolvimento, em 1975, com o gabinete coordenador para a cooperação, criado na comissão nacional de descolonização imediatamente a seguir ao 25 de abril, o qual tinha como objetivo a possível ajuda que Portugal disponibilizaria a esses países. Só muito mais tarde é que essa nossa cooperação de natureza bilateral se vem a cruzar com a vertente europeia. Tendo estado também envolvido na adesão de Portugal ao Acordo entre a CEE e os ACP e na coordenação da posição portuguesa em Lomé IV, achei interessante fazer uma revisitação daquilo que foi a atitude europeia relativamente às questões do desenvolvimento, pois isso ajuda-nos muito a perceber onde chegámos e as lições que tirámos dessa mesma aprendizagem. Aquilo que era o comportamento da Europa na relação com os chamados países do Sul (convenções de Yaoundé, Lomé e depois Cotonou) foi evoluindo, não só pela dinâmica de discussão interna no seio da própria União Europeia, mas também pela própria articulação com outras organizações internacionais e em particular na ligação com o Banco Mundial (que também teve a sua evolução nesse tipo de políticas). Neste quadro, é importante a introdução de várias dimensões, vendo a forma de acomodar aquilo que eram as antigas colónias dos países europeus, ao mesmo tempo aliando a isso alguns países europeus que tinham políticas de desenvolvimento altamente humanitárias e até com um sentido de desligamento face às questões económicas, como era o caso dos países nórdicos. Tudo isso veio a modelar aquilo que viria a ser a cultura interna da União Europeia nesta área, tendo criado uma filosofia própria de atuação. A Europa tem feito uma autocrítica muito clara - incluindo por parte das instituições europeias - em relação aos passos que foram dados e às dificuldades e erros detetados. Fomos aprendendo lições e a política foi evoluindo, refletindo-se na forma como colocamos a questão dos direitos humanos, na forma como encaramos a política comercial, como abordamos a importância da boa governação, ou como implementamos políticas de sustentabilidade (que no início das políticas de cooperação nem eram referidas). Naturalmente, isto foi feito também com alguma realpolitik, que esteve presente na relação com os países do Sul, por razões ligadas aos interesses europeus. Temos também a questão da ajuda ligada e dos muitos negócios que se fizeram, a sul e norte, à luz deste quadro das políticas de desenvolvimento. No geral, aprendemos muito nesta área e devemos estar orgulhosos pelos progressos feitos e pelos impactos positivos da política de desenvolvimento em grande parte das regiões e países.

Dito isto, é preciso igualmente perceber que a Europa mudou, passando de um clube de ricos para um espaço mais alargado que tem dentro de si o seu próprio "Sul". Isto fez com que dentro da própria Europa se formassem olhares diferentes sobre as questões do desenvolvimento e sobre a responsabilidade europeia em matéria de ajuda. Por outro lado, passou também a ser mais natural que a Europa olhe mais para os seus próprios problemas. A circunstância de a vizinhança da Europa se poder desregular começa a dar à Europa a noção de que as políticas de desenvolvimento também tinham de ser concentradas na sua proximidade e periferias (desde o processo de Barcelona),

contribuindo nomeadamente para a estabilização das populações e dos regimes. Verificou-se ainda que muitos destes projetos não falharam por causa da Europa, mas por falta de condições locais, de capacidade de desenvolver projetos de natureza política e regional, que dessem o suporte necessário a esses projetos de desenvolvimento. Muitos destes fracassos fazem parte das nossas lições aprendidas ao longo deste tempo.

Por outro lado, houve e continua a haver em certos setores alguma fadiga sobre a atenção às questões do desenvolvimento e da ajuda, pelo que é essencial o papel da sociedade civil dentro da União Europeia, já que a ausência de uma pressão pública em prol destas questões pode levar a atitudes egoístas e autocentradas que acabarão por diminuir a capacidade de ação da União Europeia no exterior. Esta indiferença e esta tentação de olhar demasiado para dentro, que é contraditória com a própria matriz de projeção internacional da Europa, é um perigo e um risco ao qual devemos estar atentos.

Muitos dos resultados e da eficácia das ações nesta área dependem da capacidade de resolução de conflitos e influenciar processos de paz em várias regiões. Muito dinheiro se gastou, ao longo destas décadas, com o eclodir de conflitos que a Europa não consegue controlar e que lhe são muitas vezes alheios; embora muitas vezes provocados por desregulações que são fruto de ações de países que muitas vezes são nossos aliados.

Quando a questão dos direitos humanos começou a impor-se com proeminência nos debates internacionais, verificou-se que é uma questão bastante delicada no relacionamento entre países, tendo-se infiltrado noções de um certo respeito cultural e até de um certo relativismo sobre o conceito de universalidade dos direitos do Homem. Isto porque os direitos humanos tocam questões como a boa governança, a transparência dos modelos democráticos ou da divisão de poderes, existindo questionamentos sobre se o modelo imposto não é uma forma de eurocentrismo no plano institucional. O risco dessa questão é muito grande, e espelha-se no âmbito da CPLP, por exemplo, com o debate sobre a entrada da Guiné Equatorial.

A última palavra vai para o papel das organizações multilaterais. Penso que a União Europeia terá todo o interesse e vantagem em garantir que o papel destas organizações seja reforçado no âmbito do desenvolvimento, porque isso também legitima mais as suas próprias posições. Trabalhar estas questões no âmbito multilateral traz maior representatividade e legitimidade às ações no quadro da cooperação para o desenvolvimento.

Jaime Atienza

Diretor Campanhas e Cidadania

Oxfam Intermon



A OXFAM é uma organização não-governamental presente entre cerca de 100 países, que produz um trabalho de desenvolvimento tanto nas áreas da ação humanitária como de cooperação, incluindo campanhas que produzem crítica e denúncia de certas situações. Vou fazer uma apresentação em cinco pontos, em torno de reflexões sobre direitos humanos e desenvolvimento relativamente ao papel da União Europeia.

O primeiro ponto baseia-se na constatação de que a Europa continua a ser um modelo a seguir, mas está a perder parte do prestígio de que usufruía e esse papel de líder mundial, o que é um grave problema. A Europa enfrenta o alargamento do fosso de rendimentos e da desigualdade dentro de si própria, e desencadeou uma política de austeridade que piorou a situação de populações mais débeis e veio concentrar as oportunidades em sectores muito limitados das nossas economias. Mesmo em fases de crescimento, verificamos que este se concentra nos 10% ou 20% mais ricos no seio dos nossos países.

Como se sabe, foi já há cinco anos que onze Estados da União Europeia se comprometeram a implementar uma taxa sobre transações financeiras, um “Robin Hood tax”, e o que observamos são anos de sucessivos adiamentos desse projeto. Vemos até muitos países a tentar reduzir a quantidade dos produtos, assim como a dimensão do imposto que se vai impor a esse sector financeiro. A razão é simplesmente que muitos dos atores visados por esta taxa têm a capacidade de fazer *lobby* nas instituições, nos Parlamentos e junto dos Governos para adiar esta medida. Faz também agora um ano que se produziu o escândalo conhecido como “Lux leaks”, em descobrimos que um número grande de empresas tributava a um nível baixíssimo através de um acordo feito secretamente. Portanto, tudo isto está a ocorrer na Europa e não somente nos países em desenvolvimento. Daí a importância de pensarmos em “arrumar a casa” para recuperar este papel de modelo mundial; neste contexto, uma cidadania ativa que reclama melhorias, que denuncia e que exige responsabilização é um aspeto fundamental.

O segundo ponto a referir prende-se com a chamada crise de migrantes e refugiados, que não deveria ser qualificada dessa forma. Desde logo, os 500 000 refugiados que chegaram à União Europeia este ano não chegam a 0,1% da população europeia. O Líbano, país que partilha fronteira com a Síria, recebeu 1.2 milhões de refugiados numa população de 4.2 milhões de pessoas, o que representa 20% da população, e isso é uma crise de refugiados. Como sabemos, as migrações que chegam atualmente à Europa têm causas diversas. Eu tive a oportunidade de estar na ilha de Lampedusa, através da qual chegaram dezenas de milhares de pessoas nos últimos tempos, e falei com alguns dos jovens que fugiam de diferentes contextos, desde conflitos à pobreza. Parece-nos que constituiu uma responsabilidade de todos, incluindo europeia, atacar as causas profundas desses problemas.

No respeito pelos direitos humanos, tem que ser reconhecida a necessidade de outorgar, sem limites de número, vistos de asilo a quem cumpre os requisitos para os obter. Mas também mobilizar condições para que não haja mais mortes como as das cerca de 30.000 pessoas que morreram afogadas na travessia para a Europa nos últimos anos. É portanto imperativa uma atitude diferente no que toca à defesa da vida e dos direitos humanos. Lembro-me das palavras de um colega meu de OXFAM com grande experiência em África, que assumiu já ter visto coisas horríveis, mas nunca multidões a fugir da guerra estacionadas em fronteiras, impedidas de procurar um futuro.

O meu terceiro ponto centra-se nas políticas de desenvolvimento. A ajuda ao desenvolvimento, como foi dito, cada vez pesa menos no conjunto de políticas e fontes de financiamento mobilizadas, mas a Europa continua a ser o primeiro doador à escala mundial. Infelizmente esse papel, em países como Espanha, foi largamente reduzido, apesar de continuarmos a afirmar o compromisso de afetar 0,7% do nosso rendimento bruto à ajuda, tal como assegurado novamente na reunião de Adis Abeba. À escala europeia, é importante que utilizemos os instrumentos de ajuda adequados e mais importantes para os países em que atuamos. Por exemplo, a interligação entre ajuda humanitária e desenvolvimento, atuando em áreas como a resiliência, é fundamental em várias regiões africanas. Também nesta área, estamos convencidos da importância fulcral da mobilização de recursos internos e da eficiência das políticas fiscais nacionais, mas estas nada valem se, ao nível mundial, as várias regiões não consigam implementar políticas e reformas que evitem a evasão fiscal das grandes empresas e a drenagem de recursos que prejudicam muito os países em desenvolvimento.

Outro ponto que gostaria de realçar seria o do necessário papel de liderança que a Europa tem de assumir no combate à mudança climática, a par de outros países industrializados com grandes responsabilidades na deterioração ambiental. Existem grandes oportunidades no desenvolvimento de economias verdes e indústrias limpas, geradoras de emprego e de crescimento, contribuindo para o bem-estar comum. Neste quadro, há compromissos de financiamento, e a Europa tem de ter uma voz forte. Dentro de uma semana teremos a COP21, em Paris, onde espera que apareça uma liderança europeia mais robusta do que temos testemunhado nas últimas reuniões deste estilo.

Por último queria referir o papel fundamental da Europa na resolução de conflitos e na ação humanitária, onde a força da ação da União Europeia depende em grande medida da vontade dos Estados Membros atuarem em conjunto. Falava-se há pouco do papel da União Europeia no conselho de segurança das Nações Unidas, e quando não há uma coordenação dos países europeus, a voz europeia fica extremamente diluída em relação a outros países ou blocos. Nesta área, também, é necessário destacar o papel da sociedade civil na luta por países mais democráticos e pacíficos, verificando-se hoje em dia uma limitação à participação social e à ação da sociedade civil em muitos países do mundo - aquilo a que, em inglês, se chama "*shrinking space of civil society*", devendo a União Europeia ter uma voz forte e vigorosa no que toca à defesa desse espaço.

Em síntese, e em forma de conclusão, a nossa principal preocupação centra-se num receio de falta de força política e liderança a nível europeu, não por falta de instituições e mecanismos; no fundo, o receio de que essa falta de coordenação e liderança acabe por nos desligar, de alguma maneira, do futuro do nosso continente, não podendo as futuras gerações ter as mesmas oportunidades que tiveram as gerações passadas.



Fernando Frutuoso de Melo

Diretor da DG Desenvolvimento e Cooperação
- EuropeAid

O êxito da União Europeia - depende de um sábio equilíbrio entre o interesse comum e os interesses nacionais. Quando esse equilíbrio se consegue atingir, o impacto da União Europeia (e referimo-nos ao conjunto dos seus 28 Estados Membros e das suas despectivas instituições) na sua política externa, nomeadamente na política de desenvolvimento, é muito grande. Quando há um desequilíbrio e se afirmam mais os interesses nacionais, o impacto da União Europeia diminui na cena externa.

Quando falamos em Desenvolvimento temos também que ter em conta que estamos face a uma União muito diferente: se na Europa dos 15 a maioria dos países tinha uma tradição de relação com os países do Sul, ou um passado colonial, hoje em dia a maioria dos Estados Membros não tem qualquer tipo de relação desse tipo (e alguns deles consideram-se, aliás, ex-colonizados). Outro fator que altera substancialmente o quadro da cooperação é o facto do rendimento *per capita* de alguns Estados ACP ser atualmente superior ao de alguns Estados-Membros da União Europeia.

É neste contexto que a União Europeia trabalha; e tem dado provas de ser capaz de dirigir o debate e de influenciar as grandes decisões mundiais: teve um papel decisivo na conferência de Adis Abeba sobre o financiamento do desenvolvimento, assim como na conferência de Nova Iorque na aprovação da nova agenda de desenvolvimento sustentável. Muito do contexto e do conteúdo destes documentos e posições vêm de posições que UE tem vindo a afirmar há alguns anos, sendo de realçar o facto de todos os Estados-Membros terem estado unidos nessas posições. Existe, assim, uma demonstração do valor acrescentado da Europa nestas matérias, que deverá continuar.

Relativamente aos Direitos Humanos, do meu ponto de vista, esta não é apenas a questão do Objetivo 16 da nova Agenda Global, porque a política dos direitos humanos é horizontal e deve aplicar-se independentemente do setor que abordamos. Traduz-se de várias formas: num quadro de referência, na sua aplicação em todos os diálogos políticos que mantemos com todos os países, no *mainstreaming* dos direitos humanos em toda a ação da política europeia de desenvolvimento (“rights-based approach”), na sua implementação em áreas como a boa governação e o Estado de direito, e também em ações específicas muitas vezes através de entidades da sociedade civil. De referir, por exemplo, que o quarteto que acaba de ganhar o Prémio Nobel da paz é apoiado pela UE desde 2009.

No contexto de Cotonou, um partenariado e contrato entre 28 estados da UE e 79 países ACP, existe o reconhecimento dos direitos humanos como um valor comum, bem como o reconhecimento do papel de uns e de outros na implementação dessa agenda - incluindo os direitos humanos, a democracia, o Estado de direito, a boa governação. Se analisarmos o papel que as organizações regionais dos Estados ACP e que os países vizinhos têm tido na resolução de situações complicadas, nomeadamente em África, verificamos que é uma agenda que está a avançar. Recentemente, no Burkina Faso, foi a pressão dos vizinhos e da organização regional que levou a uma resolução pacífica e rápida da situação. Há uns anos, teria sido a França a aparecer e a resolver a situação de acordo com os seus interesses, mas foram os Estados da região que contribuíram para a solução. Na Guiné-Bissau estamos a assistir a uma situação de mesma natureza, pois não é Portugal que está a intervir para resolver o assunto, mas principalmente os países vizinhos. Existe, portanto, uma mudança de paradigma que é preciso referir e que o quadro da Convenção de Cotonou contribuiu para reforçar.

Por fim, há que reconhecer que nem sempre somos coerentes na maneira como aplicamos esta agenda e estes valores, sendo uma realidade a existência de situações de *realpolitik*. Muitas vezes a tendência de olhar para as situações como uma fotografia, em vez de as encararmos como um filme, mas devemos olhar para as situações como um processo que está evoluir, positiva ou negativamente, e agirmos em função disso. Se os países estão a evoluir no bom sentido devemos apoiá-los, e se estão a caminhar no sentido oposto devemos intervir através do diálogo político para avançar no bom sentido.

PAINEL 3

O que é o Desenvolvimento?

Conversa sobre Felicidade, Ética e Cultura no Desenvolvimento





Gabriel Leite Mota

Professor de Economia, Universidade da Madeira e Universidade Católica

Gostava de abordar a economia da felicidade e a relação entre economia e felicidade. A maioria tem a ideia da economia como algo de muito sisudo, abstrato ou matematizado, focado em problemas materiais e financeiros. Isto não acontece por acaso: os economistas têm uma participação pública que vai muito nessa direção, assumem cargos públicos ligados às finanças, e cria-se um contexto de que a economia se dissocia instintivamente da felicidade. No entanto, se olharmos de outro ponto de vista, nomeadamente ao tentar perceber porque é que certas sociedades prosperam e outras não, podemos estabelecer relações sistemáticas e científicas entre felicidade e economia.

A felicidade enquanto tema de análise científica penetrou a ciência na passagem do século XX para o século XXI, tornando-se numa autêntica tendência ou *"hot topic"*, não só na ciência económica, mas na psicologia, antropologia, sociologia, etc. Esta palavra tinha sido esquecida do pensamento económico durante o século XX, mas para quem conhece os primórdios do pensamento económico ocidental vai descobrir que autores clássicos como Adam Smith, David Ricardo ou Thomas Malthus falavam explicitamente de felicidade. A preocupação com a felicidade só voltou a reemergir de uma forma explícita há poucos anos. Hoje existe uma literatura extensa que está a ter um impacto enorme, primeiro na academia e depois em diversos organismos nacionais e supranacionais, que têm abordado a problemática do desenvolvimento e que são hoje já incapazes de ignorar a dimensão do bem-estar subjetivo.

O crescimento económico não é já hoje encarado como uma *proxy* da felicidade. Sabemos hoje que a relação entre crescimento económico e bem-estar é positiva mas não linear, uma vez que a partir de determinados montantes de rendimento torna-se mais difícil transformar riqueza adicional em bem-estar adicional. Temos, portanto, que pensar noutras dimensões e processos mais complexos como a geração de bem-estar nas sociedades. Para isso, temos que ser capazes de desenvolver formas de interpretar e medir de formas concretas o bem-estar e, por fim, de desenhar e implementar políticas que promovam esse bem-estar. Não podemos já afirmar que uma política favorável ao crescimento é, por si própria, boa e positiva, porque se não for conducente ao bem-estar devemos ter a oportunidade de questionar a sua *"bondade"*. Já foi referido que os últimos anos, apesar do crescimento económico, têm sido marcados por um aumento das desigualdades e pela incapacidade de redistribuir rendimentos no fator trabalho, o que significa que o crescimento económico pode não estar a produzir bem-estar adicional, particularmente nas sociedades desenvolvidas. Isto suscita questões filosóficas, de objetivos, do caminho que queremos seguir.

As Nações Unidas tem um relatório mundial chamado *"World Happiness Report"*, a OCDE tem os *"Better Life Indicators"*, a União Europeia já fez reflexões neste sentido e diversos governos pediram análises a economistas sobre estas questões. Uns poderão dar um peso mais importante ao bem-estar subjetivo, outros uma importância mais relativa, mas seguramente não haverá quase ninguém capaz de dizer que os indicadores de bem-estar subjetivos não devem estar presentes numa análise do desenvolvimento.

Existe hoje um grupo de economistas que se reuniram em torno de uma causa, que é reconduzir a política económica para o seu trilho originalmente tradicional, que é o de trazer satisfação e bem-estar às populações, sendo um vetor de promoção da felicidade. Este é um assunto com um debate muito vivo e interessante, que deve ser divulgado e enquadrado de forma séria e sistematizada, existindo já em Portugal uma cadeira de Economia da Felicidade num curso superior de Economia. A economia da felicidade é um ramo de estudo dentro da economia que tem produzido resultados muito interessantes e aproximado disciplinas como a filosofia, a ética ou a ciência política. Fazer crescer a economia de uma nação é uma das dimensões da economia, mas não pode ser a única, pois a economia tem também de abordar a forma como as pessoas se sentem, as questões do bem-estar subjetivo e da felicidade.

Ana Tostões

Presidente do DOCOMOMO International



Sou arquiteta de formação e sou presidente de um grupo internacional sobre arquitetura moderna, que representa 70 países do mundo nos 5 continentes. E desde que sou presidente, crescemos em 20 países, nomeadamente em África e Ásia. Uma das bases da ética da nossa disciplina, a arquitetura, e a nossa função social é a de dar bem-estar, fazer cidades melhores, tornar os territórios mais capazes e eficazes e, em suma, dar felicidade às pessoas. Esta é uma vertente que se tem perdido, com as chamadas estrelas da arquitetura, que fazem peças extremamente sedutoras e que nos dão gosto contemplar, mas o fundamental é a criação de bem-estar no sentido democrático.

Estamos também a falar de património, que não deve ser um problema ou um colete de forças, mas uma fonte de bem-estar. O património é o que reconhecemos como pertença de uma comunidade, aquilo em que a comunidade se revê e se reconhece, o que nem sempre coincide com as melhores obras de arquitetura. O património tem a ver claramente com memória e identidade, mas entra nessas componentes não são necessariamente os lugares mais belos mas sim aqueles que nos marcaram mais.

Tenho estudado as formas como se pode encarar os patrimónios pós-coloniais nesta ótica. Muitas vezes estas estruturas estão no limbo, com complexos coloniais em relação aos espaços e lugares - e eu creio que passados 40 anos sobre a revolução já conseguimos falar de felicidade sobre estes temas. É preciso descobrirmos como conciliar estruturas arquitetónicas - muitas delas coloniais - com o desenvolvimento, procurando contrariar explosões especulativas e imobiliárias menos sustentáveis.



Nelson Saúte

Escritor

Um ditado moçambicano diz que “quem pergunta pelo caminho, não se perde”. Fui pensar as noções de desenvolvimento nos anos 90, quando Moçambique saiu de um processo de guerra, e nessa época, a globalização tinha um cunho claramente neoliberal, uma ortodoxia que marcou de forma indelével a trajetória de países como Moçambique quando tentou entrar no mundo global. Fomos assaltados por ideias do FMI que se implementavam sobre realidades absolutamente diversas, do ponto de vista histórico e cultural, e introduziam métodos e práticas desajustadas em nome do tão famoso quando desastroso “ajustamento estrutural”, com enormes ónus sociais e culturais.

A questão do subdesenvolvimento e da dependência tem sido largamente discutida e há uma tradição africana nos discursos sobre esta matéria. Por outro lado, discurso da superação da crise africana face à força excludente da globalização está no centro do debate dos intelectuais africanos de finais do século passado. Os africanos, intelectuais periféricos, debateram este assunto sob uma perspetiva disjuntiva, ou seja, apostar na obtenção do êxito da globalização, ou apostar em outros objetivos associados a identidades diversas. Muitos são os africanos herdeiros de uma filosofia pós-libertária ou emancipatória, que percorreu a geração dos grandes nomes do nosso nacionalismo, e que marcam hoje a elaboração da historiografia atual. Muitos destes intelectuais, que estão nos antípodas do pessimismo africano, reclamam que o desenvolvimento é um desafio endógeno à sociedade africana. Daí inferir-se que caberia aos africanos estabelecer o modelo de desenvolvimento que entendessem corresponder aos seus anseios.

Aqui se põe a questão da centralidade da cultura no debate sobre o desenvolvimento. Mas hoje já foi salientada a marginalidade da cultura na nova agenda para o desenvolvimento sustentável. É preciso considerar que na formulação dos desafios que enfrentamos hoje, estas questões não adquiriram a centralidade desejável. A questão da modernização também suscita interrogações e perplexidades, pelo que vou citar algumas questões do debate: (i) pode uma sociedade não-ocidental assumir a herança do conhecimento e modernidade sem cometer o suicídio cultural? (ii) estariam os africanos enfeitados pela pergunta sobre maneira pela qual como uma sociedade se pode modernizar sem se ocidentalizar? (iii) A tecnologia moderna seria uma arma, ou não, de genocídio cultural em África?

Como se vê, o tema é complexo e os debates amplos. A crítica produzida à aculturação, produzida pelo movimento da ocidentalização africana, é muito marcante. Que saídas para este impasse e paradoxo? Há quem, neste debate, defenda que para se gerar a modernização em África um primeiro postulado seria a não-ocidentalização, mas sim a endogeneização do continente (ou pelo menos do desenvolvimento). Por outras palavras, pensar como africanos e não como europeus. Outra linha acredita que se poderia fazer um esforço domesticador, no sentido de adequar o estrangeiro às necessidades locais. Outra ainda é a questão da diversidade cultural, focalizando-se o debate sobre desenvolvimento não unicamente no Ocidente, mas também encontrar a via das outras culturas, que pudessem enriquecer este debate.

Quase sempre, a anomia ou desorganização social é vista como resultado de políticas e programas de ajustamento cultural. As modificações foram geralmente regressivas, onde se assistiu também à polarização da riqueza de uns, e exacerbação da riqueza de muitos ou quase todos. Os custos sociais e culturais da aplicação destas políticas nos anos 1990 são elevados. Ficou uma estrutura socialmente frágil, dominada por um paupérrimo capital humano, incapaz de promover a inserção das economias destes países periféricos no centro dominante da finança mundial. O esvaziamento do Estado, com instituições fracas, educação pobre e ineficiente e outros fatores, para além de serem empobrecedores, poderiam estar também na origem do esvaziamento da cidadania. O bem-estar entrou em crise.

Estas são algumas linhas que atravessam o debate africano sobre a questão do desenvolvimento, que é muito complexa. As fórmulas comumente aplicadas por algumas das instituições que atuaram nesta indústria, muitas vezes cegamente seguidas pelos países em vias de desenvolvimento, centraram-se em fatores como a estabilização macroeconómica, a abertura da economia e a superação do défice público, que não bastariam para superar a crise africana.

Estou certo de que seria desejável que a cultura desempenhasse um papel central e estruturante na construção dos modelos políticos e institucionais, como base para uma saída duradoura e sólida da crise africana. A cultura não é só excluída do debate sobre desenvolvimento, mas também de outros processos de debate nos nossos países. Gostaria de terminar citando um outro ditado popular, quando se pensa nas relações entre as instituições promotoras de ajuda ao desenvolvimento e as elites políticas que dirigem os nossos países: “o feiticeiro não entra sozinho numa casa, alguém lhe abre a porta”.

Mário Parra da Silva

UN Global Compact Network Portugal



Estou aqui enquanto responsável pela rede portuguesa das organizações empresariais dentro do sistema conhecido por United Nations Global Compact, ou seja, por um lado estou na perspetiva das Nações Unidas, por outro na perspetiva das empresas.

Interessa-me o contexto mundial e questionar porque é que os objetivos agora propostos de designam “do desenvolvimento sustentável”. Em primeiro lugar, não há qualquer possibilidade de desenvolvimento se não for sustentável. O que haverá serão “desenvolvimentos”, que conforme a manifestação num lado, se verá manifestado negativamente no outro, e o resultado global será inferior a zero. Para que globalmente seja superior a zero, tem que ser sustentável, senão caminharemos seguramente para disputa de recursos. Foi sempre assim a história da Humanidade: quando alguém de desenvolve mais, precisa mais água, mais terras, mais recursos.

O ser humano odeia a felicidade, porque sempre que lá chega tem necessidade de reformulá-la. O estado que produz movimento na Humanidade é o de infelicidade, porque as motiva a mexer, a promover ações, a conquistar algo. As pessoas estão permanentemente a inventarem formas de melhorarem as suas vidas e portanto o desenvolvimento é inevitável.

A certa altura houve quem aproveitasse esta ideia para consagrar aquilo que hoje é a economia dominante, ou seja, a ideia de que se tenho um par de sapatos devia ter três, que se o meu casaco saiu de moda devia comprar outro, e assim por diante, ou seja, o consumismo exacerbado. Isso só foi possível porque foi criada essa ética própria, ou seja, um conjunto de valores em que acreditamos e em que fundamos as nossas decisões, mesmo que não tenhamos consciência clara de quais são esses valores até chocarmos com eles ou alguém os viola. Houve portanto uma ética dominante, particularmente desde a II Guerra Mundial, que se interliga com o novo ODS sobre padrões de produção e consumo.

Esta ética viu-se confrontada consigo mesma com o esgotamento dos recursos. Pensou-se numa forma de manter o consumo, pois senão o resultado seria o encerramento das fábricas, seguido de desemprego e por conseguinte comprometendo o desenvolvimento. Acelerou-se o circuito de distribuição do produto, de duas maneiras: física e psicológica. Primeiro, esgotando-se mais rapidamente o produto, depois influenciando a pessoa no sentido de comprar mais. O resultado foi a insustentabilidade.

A certo ponto, as empresas deixaram de ser projetos puramente capitalistas, deixando de se apoiar simplesmente na propriedade; passaram a ser projetos de rendimento a curto prazo, com a supressão do proprietário e o advento do acionista. Estando portanto concentrado no lucro a curto prazo, e sendo ao mesmo tempo o menos leal dos elementos de uma empresa, o acionista veio exercer grande pressão nos administradores para os resultados trimestrais. Isto foi gerando uma nova ética que já não se centra no longo prazo do serviço à empresa e ao cliente, mas sim no curto prazo do "*return on equity*", o mais rápido possível. Este tipo de ética foi sustentado pela publicidade, pela retórica dos direitos, etc. e gerou uma sociedade que acha o consumo como a principal fonte de felicidade.

Para cimentar esta ideia, era essencial introduzir um novo conceito: não há recompensa nenhuma fora deste mundo. Passou-se ao combate às religiões, ao cristianismo na Europa, e a qualquer conceção que anunciasse um outro plano de recompensa que não o terreno e imediato. Tudo isto continuaria, não fosse a insustentabilidade de continuar a manter este modelo.

Para reformular este modelo e voltar a assentar a economia em algo que não seja o *ter* imediato, mas sim o *ser*, é preciso uma grande revolução, que está aliás em curso. Estamos a assistir a um dos períodos mais entusiasmantes da história mundial em muitos séculos, pois esta transição está a acontecer. A quantidade de documentos e iniciativas internacionais neste sentido é enorme. Não porque tenhamos todos ficado bem intencionados, mas sim porque não existe outra solução. Se o paradigma não mudar, as tensões vão aumentar: entre os mais ricos e mais pobres, entre exploradores e explorados, entre os que dispõem de recursos e os que não têm acesso.

Teremos agora de converter as organizações em entidades que buscam o bem-estar e a felicidade, e não apenas encher o bolso dos acionistas, ou seja, maximizar a repartição do lucro por todas as partes interessadas. Uma organização que gera valor, que tem de ser regularmente e normalmente distribuído por todas as partes interessadas. Estamos numa altura em que os Estados vão ter de perceber que as fronteiras nacionais estão ultrapassadas de muitas formas. Já toda a gente apelou ao caminho em direção de um governo mundial, pois só uma organização concertada desta dimensão pode fazer frente a programas mundiais. Só um sistema das Nações Unidas cada vez mais sólido, cada vez mais respeitado e com mandatos reforçados poderá fazer frente a isto. Não é mais possível aceitar a soberania do Estado se este decidir destruir a sua população ou se decide causar danos ambientais que causem transtornos a nível regional ou mundial. A soberania dos Estados terá de ser, no futuro, condicionada pelos interesses da humanidade.

Se não formos capazes de fazer isto de forma correta, alguém ocupará esse espaço de forma incorreta. Podemos fazer uma série de coisas para fomentar esta transição.

Primeiro, temos de ser consumidores exigentes, porque o consumo condiciona a maneira como os mercados funcionam, que por sua vez condiciona as políticas executadas em determinado mercado. Se uma empresa não respeita os direitos humanos no local onde tem a sua fábrica, tem de ser punida. Segundo, educação orientada para a sustentabilidade, que é ainda exígua em Portugal.

Terceiro, os movimentos sociais na sociedade civil têm que ser mais cooperativos entre eles, e não competidores entre si, como se tem visto. Quarto, uma economia social, doméstica, cooperativa forte. Quinto, cooperação internacional entre organizações de cidadania, que não cooperam, por contraponto às organizações económicas que estão em constante contacto e concertação em organismos mundiais. Sexto, defesa intransigente dos direitos humanos, ou seja, não há relativismos. Tem de ser equilibrado com o respeito pelas diversidade, por culturas locais e pelas tradições indígenas, mas dentro de uma declaração universal das responsabilidades humanas. Nós herdámos o planeta, não somos donos dele. Sétimo, inventar e trabalhar a sério na disciplina de governação organizacional, algo que até há pouco tempo ninguém sabia o que era mas que é crucial: como se tomam decisões dentro das empresas e das instituições? São organismos que têm interações no seu seio e tem de ter formas de governo melhoradas. Oitavo, tem que se aprofundar a qualidade da democracia, tendo em mente que existem inúmeras formas de democracia, pois existem diversas formas de participação política democráticas que não funcionam consoante os mesmos procedimentos que caracterizam as nossas formas de democracia. Por último, o reforço das instituições internacionais, principalmente da ONU, limitando a soberania nacional em questões essenciais com dimensão mundial: nenhum país deve ter o direito de provocar danos globais. Tudo isto não existe, mas pode existir a curto-prazo, se a consciência dos cidadãos for nesse sentido.



ENCERRAMENTO



Pedro Krupenski

Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD

Entre Maio e Julho de 2014 decorreu em Portugal uma consulta pública sobre a implementação local da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Este processo foi organizado por um grupo de Organizações de Sociedade Civil (Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; CNJ – Conselho Nacional de Juventude; Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local; PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Plataforma Portuguesa das ONGD) e pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, que foi responsável pela coordenação da posição portuguesa sobre a Agenda Pós-2015, contando ainda com o apoio do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC).

A consulta foi composta por seis workshops regionais em diferentes cidades em todo o país (incluindo uma das regiões autónomas), um questionário online e um evento final nacional. Um total de 433 pessoas – cidadãos individuais, membros de ONG, representantes de municípios e de empresas – participou no processo de consulta. A consulta pretendia sensibilizar vários tipos de organizações para uma Agenda que na altura estava ainda a ser discutida, procurando envolvê-las na sua construção e começando a recolher recomendações que permitisse perceber de que forma ela poderia ser concretizada a nível local, ou seja com a participação de todas as entidades locais, regionais e nacionais relevantes. Desta consulta resultou, também, um relatório final do qual constam várias recomendações.

A comunicação clara da Agenda, a integração da Agenda e do conceito de desenvolvimento sustentável nos *currícula* escolares, o reforço de governo local e das redes sociais locais foram aspetos identificados como fundamentais para uma implementação local bem-sucedida da Agenda Global. Para além disso, as redes da sociedade civil propuseram e voluntariaram-se para ser agentes ativos na implementação e no acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação da Agenda. A grande maioria dos participantes também destacou que a Agenda Pós-2015 deve ser ancorada nos Direitos Humanos, salientando a importância de garantir a responsabilização legal para a implementação, ainda que tal implique alterações legislativas a nível nacional e do direito internacional.

Os ODM, embora o apregoassem, não eram universais. Com efeito, deixavam de fora alguns cidadãos e algumas cidadãs do mundo (como é exemplo o ODM5 que se compromete a reduzir a mortalidade materna no mundo para ¼). Ao estabelecerem objetivos e metas iguais para todos os países do mundo durante o mesmo período (15 anos) e partindo os mesmos países de realidades muitíssimo distintas, facilmente se compreende que o esforço para o seu cumprimento impende muito mais sobre os países menos desenvolvidos do que sobre os mais desenvolvidos. Apenas o ODM7 (parceria global para o desenvolvimento) envolvia expressamente os países mais desenvolvidos e, segundo o relatório final de avaliação dos ODM da ONU (2015) foi o ODM mais longe de ser cumprido.

Com base nesta lição do passado, a Agenda 2030 assenta numa universalidade que tem em conta a dimensão e especificidades de cada local, nação e região. Os ODS são para todos e todas e todos e todas são convocados a criar e implementar planos de ação que à nossa escala e dimensão, atendendo às nossas especificidades, contribuam para a agenda global. Assim, Portugal, bem como em todos os outros países do mundo, dos poderes públicos centrais aos locais, das organizações da sociedade civil às empresas, da academia a todos os cidadãos e cidadãs, temos um papel a desempenhar. Cabe, pois identificar quais e partir para ação.

A universalidade da nova agenda obrigará a uma mobilização dos esforços de todas as entidades (públicas, privadas e da sociedade civil) que trabalhando em diferentes domínios, a nível nacional e internacional, contribuem de formas diversas para a luta contra a pobreza, a promoção e proteção dos Direitos Humanos e a sustentabilidade do nosso planeta. Para que isso aconteça terá de ser renovada a parceria global para o Desenvolvimento, de modo a que todas essas entidades se sintam parte de um esforço comum e se apropriem da Agenda 2030, dos seus objetivos e da visão que esteve na base da sua construção. Será também necessário clarificar de que modo a agenda se irá cruzar com os objetivos e metas definidas por outras agendas sectoriais que a nível nacional, europeu e mundial já se encontram em planificação ou em execução há mais tempo.

Assim, importa agora voltar a envolver as organizações na definição de uma estratégia nacional integrada e participativa que promova o seu envolvimento na operacionalização à escala local e nacional desta agenda global. Como referiu o Secretário Geral da ONU Ban Ki Moon, *“o verdadeiro teste do compromisso com a Agenda 2030 será a sua implementação. Precisamos da ação de todos em toda a parte (...)”*.

Os objetivos desta nova consulta, aqui lançada, são (i) a recolha de contributos para a construção de um plano transsetorial da Sociedade Civil de âmbito nacional, que mobilize organizações públicas, privadas e da sociedade civil na concretização dos objetivos e medidas previstas na Agenda 2030; (ii) a recolha de contributos para a criação de indicadores para a monitorização e avaliação da operacionalização deste plano nacional da Sociedade Civil; (iii) o compromisso assinado por todas as partes que se queiram envolver no cumprimento do plano nacional da Sociedade Civil, compromisso que deve incluir o de acompanhar conjuntamente a avaliação e monitorização da implementação da Agenda 2030 a nível nacional (designadamente através da elaboração periódica de relatórios sombra setoriais).

Esta consulta deve promover a apropriação da Agenda 2030 por parte dos vários públicos-alvo, procurando ligar os seus objetivos e metas ao âmbito de trabalho que cada tipo de organização de modo a potenciar sinergias e criar uma perspetiva de intervenção integrada e de trabalho em parceria. As atividades da consulta, que decorrerão na primeira metade de 2016, incluirão seminários de apresentação dos ODS, workshops descentralizados e várias consultas internas promovidas pelas entidades promotoras, bem como a apresentação das conclusões do processo, devendo resultar em: Plano Nacional da Sociedade Civil de implementação da Agenda 2030; indicadores e roteiro para a sua monitorização e avaliação; e um acordo assinado pelas partes envolvidas na consulta de contribuírem para a sua implementação, incluindo o compromisso de fazerem periódica e conjuntamente relatório-sombra de avaliação da implementação do Plano Nacional público.

Isabel Marques da Silva

Centro de Informação Regional das Nações Unidas - UNRIC



Como o título desta conferência indica e pudemos ouvir nas mais variadas intervenções, começa agora o verdadeiro teste ao esforço monumental de consulta e diálogo que foi liderado pelas Nações Unidas, nos últimos três anos, e que permitiu chegar ao consenso político materializado na Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável, a 25 de setembro.

Para a implementação bem sucedida desta estratégia precisamos de liderança, de equipas, de recursos, mas também de entusiasmo. A Organização das Nações Unidas têm profunda consciência da importância da comunicação como componente fundamental para o sucesso da Agenda 2030.

Através da Divisão de Informação Pública, tem vindo a criar parcerias no sentido de criar uma apropriação por parte de todos os cidadãos e de fomentar a sua participação ao longo dos próximos 15 anos.

Uma dessas parcerias é com o cineasta britânico Richard Curtis, conhecido por filmes de sucesso internacional tais como “Quatro casamentos e um funeral” e “O diário de Bridget Jones”, e pelo seu envolvimento na organização de caridade Comic Relief. Curtis é o fundador do Project Everyone, que quer que “Cada um” ou “Toda a gente” se sinta envolvido na nova campanha de comunicação Objetivos Globais, lançada aquando da cimeira.

A campanha foi desenhada ao longo do último ano com as Nações Unidas para responder ao grande desafio que é tornar os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, desdobrados em 169 metas, num tema de discussão diária e global. Uma conversa de café envolvendo 7 mil milhões de pessoas. Uma conversa entre cidadãos globais.

Erradicar a pobreza extrema, combater a desigualdade e injustiça, corrigir o curso das alterações climáticas. É pano para muita conversa e esta é a proposta de Richard Curtis, que cito:

“Se os objetivos forem bem conhecidos, famosos e populares, podem ser o motor para que todos se envolvam no combate à pobreza e à injustiça. Podem levar a que uma geração de políticos e cidadãos informados partilhe a vontade de seguir na mesma direção e de lutar em conjunto para que o trabalho necessário seja feito”.

Naturalmente, o governo de cada país tenderá a criar uma hierarquia dos 17 objetivos, haverá alguns que avançaram mais rapidamente que outros. Como também é natural que os cidadãos se sintam emocional e intelectualmente mais próximos de uns do que de outros. Mas o importante é que todos os objetivos sejam bem conhecidos para que se possa exercer poder crítico, para que haja um contínuo diálogo entre todos os setores da sociedade.

Alguns dirão que os objetivos globais são uma ambiciosa declaração de intenções, uma espécie de lista de compras irrealista, mas a verdade é que a agenda foi assinada por 193 líderes em nome de 7 mil milhões de cidadãos, implicando-os num processo em que devem ser beneficiários e protagonistas.

Quinze anos pode parecer uma eternidade ou um piscar de olhos, conforme a tarefa e recursos para a cumprir.

No caso da comunicação, precisamos do apoio de todos e em todos os meios: órgãos de comunicação social, redes sociais, escolas, empresas, autarquias, organizações não governamentais, plataformas de divulgação científica, projetos culturais, eventos desportivos, etc. Uma conversa com sugestões que ajudem a definir as opções políticas e críticas que escrutinem as ações dos governos.

Sabemos que os cidadãos querem ter uma voz ativa, como se viu pela Consulta Mundial “O meu mundo 2015” levada a cabo pela ONU. Foram recebidos contributos de oito milhões de pessoas em quase 100 países do mundo, incluindo Portugal, na definição dos temas mais importantes para a agenda.

E por isso é que a ONU já lançou a Consulta “O meu mundo 2030”, com o intuito de sentir o pulso da discussão e aceder às diferentes sensibilidades de homens, mulheres, jovens e menos jovens de todo o mundo. Saúdo a iniciativa da Plataforma Portuguesa das ONGD de querer levar a cabo uma nova contribuição.

Estamos perante uma grande oportunidade para apostar em parcerias, na otimização dos recursos e no enorme potencial de entusiasmo que este projeto encerra.

Portugal move-se, sobretudo, em duas grande esferas de influência e ação sociopolítica e económica: a União Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mas também através da sua bem conhecida diáspora. Pode, assim, ter um papel de grande relevo na apropriação dos objetivos, cruzando essa riqueza de contactos e recursos em vários continentes.

A comunicação dos Objetivos Globais, levada a cabo pelas ONU e por todos que se associem a esse esforço, deve assentar na empatia, com mensageiros credíveis e com experiência nas áreas, que tenham contacto assíduo com os cidadãos e que relatem exemplos de sucesso, que possam ser replicados noutros lugares ou que inspirem outras soluções.

Falamos não só de peritos ou de celebridades, cujo efetivo compromisso com as causa é de saudar, mas também de enfermeiros e professores, de assistente sociais ou de mediadores nas comunidades locais. Cada um e toda a gente.

Um dos públicos-alvo preferenciais é o dos estudantes, de todos os níveis, pela sua apetência para os desafios e a criatividade. E também porque são os pivôs numa rede alargada que vai dos seus pares aos professores, dos pais aos vizinhos e amigos em plataformas digitais. Também porque lhes caberá pôr em prática muitos destes objetivos e porque é nas novas gerações que se espera enraizar padrões de comportamentos sustentáveis, ancorados na apropriação de valores importantes para a prossecução do bem comum. Esse esforço de comunicação pode ser feito através dos currículos, mas também através de atividades extracurriculares e de projetos interescolares, ao nível nacional e internacional.

No fundo, este esforço de comunicação deve criar entusiasmo e apetência pela ação. E não posso deixar de aqui citar o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, no seu apelo a uma efetiva implementação dos Objetivos Globais:

“A mensagem para todos os que definem políticas é bem clara: ir para além da rotina habitual, trabalhar por uma real transformação, dar condições para que todos possam ser agentes de mudança. A agenda 2030 é para cada um de nós, para todos nós. Temos de a reclamar, de exigir que sejam feitos compromissos e que as promessas sejam cumpridas. Sejamos todos parte deste apelo global à ação. Juntos podemos construir um futuro melhor para os povos e para o planeta”.

“Informar e empenhar os europeus” é a divisa do Centro de Informação Regional da ONU para a Europa Ocidental, sedado em Bruxelas e que aqui represento. É onde se encontra a secção de Portugal, fazendo parte de um grupo que inclui outros 22 países e territórios.

Da nossa parte, estamos totalmente mobilizados para trabalhar com o governo e todos os atores da sociedade civil para fomentar esta conversa global e assegurar que, como pretende esta agenda, ninguém seja deixado para trás.



Luís Campos Ferreira

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e
Cooperação

É com enorme gosto que estou aqui nesta cerimónia de encerramento da Conferência sobre o Desenvolvimento Global.

A recente aprovação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é um momento histórico que marcará a forma como a Cooperação para o Desenvolvimento será abordada nos próximos anos. É, portanto, tempo de refletirmos sobre a nova Agenda do Desenvolvimento que temos pela frente, nomeadamente, – os seus desafios, os seus obstáculos e as suas oportunidades.

O tema desta Conferência “O Desenvolvimento global é Realizável?” coloca-nos desde já diferentes questões: Como garantir que os Objetivos e metas adotados na Cimeira de Nova Iorque sejam mais do que uma declaração de intenções? Como pôr em prática uma agenda que tem como objetivo erradicar a pobreza extrema? Eliminar todas as formas de desigualdade? Salvar o planeta...num curto período de 15 anos? Os mais cétricos dirão que não é possível, os mais otimistas dirão que sim.

Se olharmos para crises como a do Ébola, a da vaga de milhares de refugiados que atinge a Europa, a dos desafios do combate às alterações climáticas, compreendemos que não podemos pensar os problemas de forma isolada ou segundo geografias estanques. As repercussões destas problemáticas afetam direta ou indiretamente o nosso bem-estar, a nossa segurança e o nosso desenvolvimento. Acredito, assim, que temos a responsabilidade, a ambição e o interesse em alcançar estes objetivos porque são no melhor interesse das Pessoas e do Planeta.

Nesse sentido, a Cooperação Portuguesa tem dado particular atenção a setores com um efeito estruturante e multiplicador, como a governação, o primado da lei, os direitos humanos, a educação, a saúde e a capacitação institucional, a par com a adoção de medidas destinadas ao empoderamento das mulheres e raparigas e à erradicação de todas as formas de violência com base no género.

Temos ainda realizado importantes investimentos na área das energias renováveis e do ‘crescimento azul’, com um especial enfoque na proteção ambiental, biodiversidade, mares e oceanos, visando a integração harmoniosa das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

A universalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representa uma mudança de paradigma essencial, relativamente à forma como pensamos o desenvolvimento global, reconhecendo que este exige uma verdadeira partilha de esforços e de responsabilidades que vai muito além: da tradicional e já datada abordagem Norte-Sul; da divisão entre atores públicos e privados; do entendimento que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, é o único meio de resposta a esses problemas.

Como Portugal tem defendido, o principal meio de implementação desta Agenda é, desde logo, a existência de uma verdadeira vontade política que promova a criação das condições necessárias e pela mobilização dos respetivos meios financeiros e não financeiros.

Esta agenda exige de todos nós, uma abordagem mais qualitativa, focada nos resultados, mais eficaz e que assegure a coerência entre as várias políticas.

Caberá, aos governos de cada país um papel fundamental na implementação interna e externa desses Objetivos, mas essa não pode nem deve ser essa a única via. Uma Agenda partilhada, requer um investimento partilhado, exigindo uma ampla mobilização de atores, como os parlamentos, os municípios, o setor privado, as universidades e a sociedade civil, colocando os cidadãos no centro dos esforços dessa Agenda.

Muitos destes princípios não são novos, estando os mesmos referidos, de forma inequívoca, no Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa e no relacionamento bilateral com os países e entidades parceiras.

Tendo presente esta visão, Portugal assegurou, desde o início, que o processo de definição da posição nacional sobre a Agenda 2030 fosse tão participada e inclusiva quanto possível. Através do Camões contribuímos para a realização de uma consulta pública e envolvemos, desde o início, os diversos Ministérios Setoriais e a Sociedade Civil num documento de posição nacional que foi endossado ao mais alto nível (Conselho de Ministros), considerando as implicações internas e externas decorrentes da Universalidade da agenda.

Acreditamos, firmemente, que esta abordagem inclusiva é determinante para um envolvimento de todos esses atores no processo de implementação. Por essa razão, lançamos, com elevada expectativa, um novo processo de consulta em torno da implementação da Agenda 2030, do qual estou certo, resultarão algumas pistas de trabalho importantes. Contamos também com parceiros importantes como a UNRIC para apoiar os esforços de comunicação.

Ao avançarmos para a fase de implementação, é fundamental trabalharmos em conjunto. Mais do que procurar novos enquadramentos e novos mecanismos, é fundamental assegurar que o nosso esforço está alinhado com o de outros parceiros internacionais, evitando duplicações e redundâncias.

Este será o grande desafio, sobre o qual deveremos começar a trabalhar de forma imediata, pelo que brevemente será iniciado um novo processo de reflexão conjunta com os Ministérios Setoriais e demais parceiros não-governamentais sobre como pôr estes compromissos em marcha.

Perante uma plateia com várias caras conhecidas e amigas, com as quais tenho tido, ao longo de cerca de dois anos e meio nestas funções, o privilégio de interagir, referirei alguns dos marcos para os quais tive a oportunidade de contribuir a nível político e relativamente aos quais estou muito grato pela colaboração que recebi de muitos de vós:

- O Conceito Estratégico da Cooperação 2014-2020;
- A Estratégia Operacional de Ajuda Humanitária e de Emergência;
- A nova geração de programas de cooperação bilateral;
- O Plano de Emergência para a Guiné-Bissau de Novembro 2014 a Junho de 2015;
- O Documento de posição nacional sobre a agenda pós-2015;
- A Presidência do G-19 (Grupo de doadores) em Moçambique;
- O lançamento de novos Programas de Cooperação Delegada nos PALOP e em Timor Leste;
- A operacionalização do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) Moçambique;
- O novo contrato-programa com a Plataforma Portuguesa das ONGD

Realço, também, o Programa Parcerias para o Desenvolvimento (iniciativa conjunta MNE + MEF), que tem comprovado ser um muito útil mecanismo para consolidar a ponte entre o sector da cooperação e o sector privado. A par da diversificação das fontes de financiamento, designadamente as cooperações delegadas da União Europeia, em que triplicámos a nossa dimensão, o reforço do papel do sector privado, foi uma prioridade que assumi desde a primeira hora, pois, para mim, é claro que sem geração de riqueza não haverá erradicação da pobreza.

Têm sido anos marcantes em termos conceptuais e operacionais para a Cooperação Portuguesa. No plano político tenho também procurado tornar esta área mais tangível para o cidadão comum, pois

acredito que a transparência e a pedagogia política são responsabilidades dos detentores de cargos governativos, e são também oportunidades para reforçar a legitimidade e a capacidade das políticas públicas.

Nesse sentido, temos aproveitado o Ano Europeu do Desenvolvimento para enfatizar a mensagem de que exportar desenvolvimento é importar segurança. A Cooperação para o desenvolvimento faz a diferença na vida das pessoas, não apenas lá fora, mas também cá dentro.

Duas palavras de apreço antes de terminar.

Uma ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, instituição que atravessou um processo de fusão difícil, nomeadamente na área da cooperação, e que entrou este ano na sua velocidade cruzeiro, com grande melhoria na sua capacidade de resposta, afirmando-se cada vez mais como coordenador que potencia a atuação dos demais agentes da cooperação portuguesa. Por isso, nas pessoas da Professora Ana Paula Laborinho e do seu Vice-Presidente Gonçalo Marques, o meu muito reconhecido muito obrigado a todos os funcionários do Camões.

Outra palavra para os demais agentes da Cooperação Portuguesa, realçando a Plataforma das ONGD e o seu Presidente Pedro Krupenski, com quem tenho uma excelente relação de trabalho. Embora nem sempre tivéssemos a mesma perspetiva em algumas questões, soubemos sempre ter presente o superior interesse nacional que nos une em matéria de cooperação.

Na política, como na vida, não pode valer tudo. Há ética e valores aos quais temos que ser fiéis. E a confiança, mais do que instrumento retórico, tem que ser estabelecida e merecida na prática. E, com humildade mas sem modéstia, orgulho-me de ter estabelecido uma relação de confiança com os vários atores da Cooperação Portuguesa com quem tenho interagido.

A todos, um grande bem-haja, e força, pois há muito trabalho a fazer na Cooperação Portuguesa.



Publicações distribuídas



- [Background Note da Conferência](#): The role of Europe in the implementation of the Global Development Agenda post- 2015
- [Perspetivas Económicas em África 2015](#)
- [Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015](#)
- [Relatório Europeu de Desenvolvimento 2015](#): Associar o Financiamento e as Políticas para aplicar uma Agenda de Desenvolvimento Transformadora pós-2015



Iniciativa “Fruta Tropical Justa”



Distribuição de “bananas justas”



Assinatura da petição “Make Fruit Fair”



O objetivo do projeto [Fruta Tropical Justa \(Make Fruit Fair\)](#) centra-se na promoção de uma cadeia de distribuição justa e sustentável de fruta, em particular da banana e do ananás, na defesa dos direitos sociais e ambientais nos países produtores e na criação de oportunidades para que os representantes dos países produtores possam expressar as suas preocupações e encorajar novas políticas e práticas de comércio internacional

O ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO

O Ano Europeu para o Desenvolvimento - AED, decretado por decisão conjunta do Parlamento e do Conselho da União Europeia, decorre durante o ano de 2015 em todos os países da União Europeia, com o mote “**O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro**”.

Neste ano **especialmente importante para o Desenvolvimento Global**, o AED pretende ser um catalisador de sensibilização para as temáticas da Cooperação para o Desenvolvimento, através da promoção do debate público, da Educação para o Desenvolvimento e da divulgação e partilha de boas práticas. Pretende ainda promover, tanto junto dos cidadãos da Europa como dos cidadãos dos países em desenvolvimento, um sentimento comum de responsabilidade, solidariedade e oportunidade para aquilo que desejamos como o Nosso Desenvolvimento.

O programa nacional do AED conta com o envolvimento de várias instituições públicas e organizações da sociedade civil portuguesa, sendo a entidade coordenadora do AED em Portugal o Camões – Instituto de Cooperação e da Língua I.P. O programa nacional do AED, incluindo uma grande diversidade de atividades, pretende contribuir para informar, sensibilizar e promover o interesse, a participação e o pensamento crítico dos cidadãos portugueses no que diz respeito às políticas de desenvolvimento portuguesa e europeia e ao papel de Portugal e da Europa nos novos desafios do desenvolvimento global. A meta final é um mundo mais justo, digno, sustentável e cumpridor dos Direitos Humanos, com a garantia das liberdades e dos direitos fundamentais e a erradicação da pobreza.

A Humanidade é uma comunidade global

Somos cidadãos globais. As nossas vidas em Portugal estão interligadas com as vidas de todos, em vários pontos do planeta. **As nossas escolhas diárias têm impacto direto noutras pessoas.**

O nosso mundo

Podemos fazer a diferença

Todos os dias, em muitos locais do mundo, as pessoas comuns estão a mudar hábitos, mentalidades e atitudes. Não fazem as primeiras páginas dos jornais, mas as iniciativas dos cidadãos estão a mudar o mundo.

A nossa dignidade

Inspire-se pelos seus exemplos. Cada pessoa conta.

Os desafios globais exigem respostas globais

A interdependência e a globalização significam que muitos problemas locais têm causas globais e vice-versa. A cooperação internacional não é uma despesa ou um luxo, mas **um investimento e uma necessidade perante os desafios que o mundo enfrenta.**

O nosso futuro

PARTICIPE!



NO FACEBOOK

www.facebook.com/anoeuropeudesenvolvimento2015



NO WEBSITE

<https://europa.eu/eyd2015/pt-pt>



No Twitter europeu

#EYD2015



Nos grupos internacionais de discussão, como:

<http://capacity4dev.ec.europa.eu/eyd2015/>